



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: CULTURA, EDUCAÇÃO E
LINGUAGENS

FABIANA SOARES DE ARAÚJO DA HORA

TIA NASTÁCIA E AS VOZES QUE ECOAM NA CASA DOS BRANCOS: uma análise
sobre o mundo sem encanto de Monteiro Lobato

Vitória da Conquista/BA

2023

FABIANA SOARES DE ARAÚJO DA HORA

**TIA NASTÁCIA E AS VOZES QUE ECOAM NA CASA DOS BRANCOS: uma análise
sobre o mundo sem encanto de Monteiro Lobato**

Dissertação apresentada ao Programada de Pós-Graduação em
Letras: Cultura, Educação e Linguagens, como requisito parcial
e obrigatório para obtenção do título de Mestre em Letras pela
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Orientadora: Prof. Dra. Márcia Santos Lemos

Vitória da Conquista/BA

2023

H774t Hora, Fabiana Soares de Araújo da.

Tia Nastácia e as vozes que ecoam na casa dos brancos: uma análise sobre o mundo sem encanto de Monteiro Lobato. / Fabiana Soares de Araújo da Hora, 2024.

91f.

Orientador (a): Dr. Márcia Santos Lemos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens – PPGCEL, Vitória da Conquista, 2024.

Inclui referências: f. 86 – 91.

1. Tia Nastácia - Literatura. 2. Mulheres negras. 3. Racismo. 4. Consubstancialidade. I. Lemos, Márcia Santos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Letras: cultura, educação e linguagens- PPGCEL. III. T.

CDD: 869

Catálogo na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista - BA

Dissertação defendida publicamente e aprovada no Programada de Pós-Graduação em Letras:
Cultura, Educação e Linguagem e avaliada pela seguinte Comissão Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Cleide de Lima Chaves
(DH/Uesb)

Prof.^a Dr.^a Zoraide Portela Silva
(PPGELS/Uneb)

Prof.^a Dr.^a Márcia Santos Lemos – Orientadora
(PPGCEL/Uesb)

Vitória da Conquista, 13 de outubro de 2023.

À Maria Eva Soares de Araújo, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder essa oportunidade – meu refúgio e fortaleza nos momentos de angústia e por sua voz firme e invisível, me impulsionando a não desistir! Meu provedor e sustentador em tudo que tenho e faço!

À minha mãe, Elza, por todas as lições de força, coragem, determinação e por me ensinar o valor da educação e da vida!

Aos meus filhos, Emanuelle e Robson – meus tesouros – por todo amor diário, pelos abraços e pela infinita demonstração de carinho, amor, compreensão! Quantas madrugadas passaram ao meu lado!

Ao meu esposo, Robson, pelo companheirismo e compreensão da minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho!

Às minhas irmãs Didiane, Cristiane e Natalícia por torcerem por mim!

Aos meus queridos sobrinhos, pela alegria e leveza que trazem para minha vida!

À minha história de vida como mulher e negra, consciente de quem sou, do legado, da minha ancestralidade e das vozes de outrem que habitam em mim e aqui se fazem ouvidas!

À minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Márcia Santos Lemos, por ter sido tão companheira, por todas as discussões, revisões e aulas! Gratidão pelo carinho, cuidado e preocupação. Pelo apoio, por me instigar na busca do conhecimento enquanto pesquisadora! Pelo incentivo, imprescindíveis contribuições com vistas ao aprimoramento do processo de construção desta dissertação! Minha gratidão e admiração por sua competência, generosidade e respeito!

Aos professores do Programa Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL), pelas correções e ensinamentos, mesmo no tempo das aulas *on-line*, que permitiram apresentar um melhor desempenho na minha formação profissional ao longo do curso!

Às Prof.^{as} Dr.^{as} Cleide de Lima Chaves e Zoraide Portela Silva, pelas ricas contribuições em minha qualificação e pelo orgulho em tê-las na minha banca examinadora! Gratidão pelas valiosas contribuições a este trabalho, por meio das reflexões e sugestões!

Ao professor Lucas e amigo de orientação, por estar ao meu lado nos momentos mais delicados, segurando minha mão quando mais necessitei e me motivando a prosseguir!

Aos colegas de curso, que, apesar da distância física em virtude da pandemia, se fizeram próximos e presentes! Gratidão pelo companheirismo, apoio, brincadeiras, conselhos e compartilhamentos!

Aos meus amigos, em especial, Noêmia, Evandro, Luciana, Messias e Mary, que estiveram ao meu lado, pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo tempo em que me dediquei a este trabalho!

Às minhas colegas e companheiras, Ana e Ariadne, pelo compartilhamento de saberes e instantes de desabafos. Minha gratidão e carinho!

Minha gratidão à Universidade Estadual Sudoeste da Bahia (Uesb), por ser um espaço de construção do conhecimento!

Vozes-Mulheres

*A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.
A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.
A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela
A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.*

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.
A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo

RESUMO

A literatura está saturada de modos de percepção da realidade, pois, situada na totalidade do processo histórico do qual é parte constitutiva, expressa influências recíprocas e interação dialética entre o autor e a reprodução da vida numa determinada sociedade. No Brasil, no início do século XX, Monteiro Lobato levou a sua interpretação das teorias raciais para a literatura infantil. Tal perspectiva orienta o objetivo geral desta pesquisa no sentido de realizar um estudo sobre a personagem Tia Nastácia, na obra **Reinações de Narizinho** (1931; 2014), de Lobato, articulado a compreensão da consubstancialidade entre raça, classe e gênero na formação social brasileira, a partir das reflexões de Saffioti (2004; 2013), Gonzalez (1983; 2019; 2020) e Moura (1988; 1992). A metodologia está balizada pela perspectiva polifônica de Bakhtin (2002; 2003; 2004), que torna possível verificar como Lobato utilizou-se de distintas vozes para enunciar suas ideias. A análise das **Reinações de Narizinho**, por meio das falas de Tia Nastácia, Emília, Narizinho e Dona Benta e dos enunciados sobre a primeira, permite afirmar que o discurso de Lobato está imbricado na hierarquia de classe, raça e gênero, tanto quanto atravessa o processo de subjetivação das mulheres negras. As falas das personagens, fichadas e sistematizadas num quadro, são cotejadas com as ideias que sustentavam as teorias raciais no Brasil naquele período. Busca-se, nesta pesquisa, evidenciar que o mundo encantado da literatura infantil lobatiana naturaliza as mulheres negra como doméstica e mãe preta, subordinada numa relação de classe racializada e generificada, vinculando tal condição como a-histórica.

Palavras-chave: Tia Nastácia. Monteiro Lobato. Literatura. Mulheres negras; Racismo; Consubstancialidade.

ABSTRACT

Literature is saturated with ways of perceiving reality, because, situated in the totality of the historical process of which it is a constituent part, it expresses reciprocal influences and dialectical interaction between the author and the reproduction of life in a given society. In Brazil, at the beginning of the 20th century, Monteiro Lobato took his interpretation of racial theories to children's literature. This perspective guides the general objective of this research in the sense of carrying out a study on the character Tia Nastácia, in the work **Reinações de Narizinho** (1931; 2014), by Lobato, articulating the understanding of the consubstantiality between race, class and gender in the Brazilian social formation, from the reflections of Saffioti (2004; 2013), Gonzalez (1983; 2019; 2020) e Moura (1988; 1992). The methodology is guided by Bakhtin's (2002; 2003; 2004) polyphonic perspective, which makes it possible to verify how Lobato used different voices to enunciate his ideas. The analysis of **Reinações de Narizinho**, through the speeches of Tia Nastácia, Emília, Narizinho and Dona Benta and the statements about the first one, allows us to affirm that Lobato's discourse is intertwined in the hierarchy of class, race and gender, as much as it crosses the process of subjectivation of the black woman. In this way, the speeches of the characters, filed and systematized in a table, are compared with the ideas that supported racial theories in Brazil at that time. The aim of this research is to show that the enchanted world of Lobato's children's literature brings the naturalization of the black woman as a domestic and black mother, subordinated in a racialized and gendered class relationship, internalizing such condition as ahistorical.

Keywords: Tia Nastácia; Monteiro Lobato; Literature; Racism; Black women; Consubstantiality.

LISTA DE SIGLAS

CEB – Coordenadoria da Educação Básica

CNE – Conselho Nacional de Educação

DDPA – Conferência de Durban.

MEC – Ministério da Educação

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

Uesb – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Narrativas de Monteiro Lobato.....	70
Quadro 2: Cotejamento entre falas dos personagens e as características racistas/eugenistas.	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: MONTEIRO LOBATO: UM ESCRITOR EUGENISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX.....	20
1.1. A formação social brasileira e a “invenção” do negro /negra pelo colonizador branco.....	20
1.2. As vozes das teorias raciais na escrita lobatiana	26
CAPÍTULO II: AS REINAÇÕES DE NARIZINHO: um mundo sem encanto.....	36
2.1. O racismo no Brasil e sua influência na literatura infanto-juvenil	36
2.2. Monteiro Lobato fala sobre si nas Reinações de Narizinho	45
CAPÍTULO III: TIA NASTÁCIA: mãe preta e doméstica na casa dos brancos.....	54
3.1. A consubstancialidade de classe, raça e gênero.....	56
3.2. Tia Nastácia e as vozes que ecoam na casa dos brancos	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
FONTE LITERÁRIA.....	82
REFERÊNCIAS.....	83

INTRODUÇÃO

À luz do faz de conta...

Em primeiro plano, busco a personagem Tia Nastácia. Quero conhecê-la, não como coadjuvante, mas como protagonista de sua história que conta a trajetória de tantas outras desumanizadas na vida e na Literatura. Busco compreender, de fato, os laços que enlaçam a sociedade brasileira e a literatura lobatiana no processo de subjetivação das mulheres negras.

Tia Nastácia, chamada de “negra de estimação”¹ por Monteiro Lobato, traz consigo diversas indagações que serão discutidas neste texto. Essa personagem, que trabalha com a matriarcal família branca, embora faça breves e significativas incursões na varanda da sala, encontra na cozinha uma espécie de emblema de sua desqualificação social e confinamento. Quando ela aparece nas **Reinações de Narizinho**, em 1931, sofre o tempo todo, seja por sua idade avançada, seja pelos desentendimentos com Emília, a boneca de pano que fala pelo narrador, dotada sempre de uma ideologia enunciada em expressões como “negra beijuda”.

Em segundo plano, para conseguirmos analisar o que a pesquisa que gerou estes escritos ~~propõe~~, há de se perguntar: quem foi Lobato? Como se deu sua construção histórico-social e literária? Como raça, classe social e gênero estão presentes em suas personagens? Quem ele admirava e criticava e quanto destas posições ele levou para suas atividades literárias? Como diria Emília, vamos navegar nessa história? (...) “*pirlimpimpim!*” (...)

O que me levou a eleger esse livro, especialmente a personagem Tia Nastácia em **Reinações de Narizinho** (Lobato, 1931; 2014²), foi o imperativo de pensar consubstancialidade entre raça, classe social e gênero na formação da sociedade brasileira. Essa seleção aconteceu, não somente por ser professora, e por ter trabalhado com um projeto sobre o autor porque desde criança, o Sítio do Pica Pau Amarelo faz parte da minha vida. Na época, o livro era quase inacessível por ser um objeto de valor. Minha mãe, com sua didática de mulher criada no campo, semialfabetizada e que não teve muitas instruções formais, tentou me alfabetizar, a fim de que, quando eu chegasse à escola, já soubesse ler e escrever. Durante essas tentativas, eu tive contato com a leitura de Lobato através de alguns textos ou trechos que surgiam nos livros que eu encontrava nas ruas, o que me deixava cada vez mais interessada por nesse mundo encantado.

¹ O termo está aspas por se tratar de um modo de vocativização do autor para a personagem.

² Obra que preserva os escritos do original de 1931, conforme explicado no capítulo “Fonte Literária”.

Essa dissertação não entra para a minha vida apenas como um trabalho acadêmico que construí, mas também, como um instrumento de identificação étnico e que, por meio de uma escrevivência³, vejo a minha identidade “misturada⁴” às identidades literárias à mostra. Sendo filha de mãe solo, como é a realidade de muitas mulheres racializadas no Brasil até hoje, não conheci meu pai biológico. Vivenciei alguns momentos com o pai das minhas irmãs mais novas e tenho registrado na memória o fato de ele não me aceitar por eu ser negra, demonstrando e deixando claro o seu repúdio, ao ponto de solicitar à minha mãe que me entregasse à minha avó para ser criada por ela. O relacionamento dos dois, então, não deu certo, e, provavelmente, um dos motivos foi a recusa da minha mãe em ter que dar a filha para ser criada longe de si.

Sempre fui apaixonada pela leitura e quando ingressei na escola tive acesso a alguns livros de Lobato, através de colegas e professores. Antes de escrever algo sobre a temática, lembro-me de ter viajado muitas vezes nas histórias, pensando nas guloseimas de tia Nastácia, enquanto assistia aos episódios na televisão.

Além dessa memória afetiva, me recordo da minha infância e da vida até o momento como mulher, negra, mãe, esposa, educadora...como um ser social em constante aprendizagem! Lembro-me que o mundo da leitura ingressou em minha vida, justamente, através das obras de Lobato, como já citei, mas de uma maneira que me fez, quase que, literalmente, ser uma das personagens.

Em meio à leitura, as narrativas me fizeram rememorar as minhas vivências na juventude, como mulher e negra. Me recordo, sendo, das minhas irmãs, a mais retinta, muitas pessoas que frequentavam a minha casa, em diversas ocasiões, me chamavam para fazer atividades domésticas em suas casas: lavar, cozinhar, fazer faxina, entre outras atividades de serviços gerais que, corriqueiramente, me surpreendia e que não havia nenhuma remuneração.

Em outros espaços como a escola, eu também não me via representada na literatura e nas atividades escolares, principalmente, as culturais. O constrangimento ressurgia sempre quando observava as representações sobre o negro nos livros didáticos, nas apresentações teatrais e em papeis que, quando destinados a mim, referendava uma figura em posição de inferioridade, de subalternidade pelos processos histórico-culturais.

Nas datas comemorativas, o cabelo crespo ou cacheado, assim como a pele mais retinta, limitava o meu acesso às outras representações que não fossem a de escravizada, o que não incitava o orgulho de mim, pois negava minhas origens e humanidade.

³ Termo criado pela escritora Conceição Evaristo há quase trinta anos (Santana; Zapparoli, 2020).

⁴ Termo asado pelo aspecto subjetivo e etnicista atribuído a ele.

Nas representações religiosas, o negro era a figura demoníaca, agressiva ou que causava medo. Eu não me via nessas imagens, pois, as mulheres negras da minha família não possuíam o comportamento apresentado.

Aos poucos e através do amadurecimento psicológico e intelectual, pude perceber que se tratava do racismo institucional⁵ e suas ramificações, cujo, intersectado no cotidiano, fazia com que as tarefas servis fossem destinadas a mim: mulher negra. Assim como Tia Nastácia, a minha cor era sempre depreciada, enquanto as minhas irmãs, menos retintas, com características diferentes das minhas, eram poupadas dos trabalhos domésticos.

Anos depois, quando eu já estava com treze anos e apesar de ainda não ter a consciência racial, notava que, sempre que alguém, fosse um familiar ou próximo à família, precisava de “ajuda”⁶, especificamente com serviços domésticos: limpar, lavar, cozinhar, e outros, chamavam-me com frequência, sem que os mesmos favores fossem pedidos para as minhas irmãs brancas.

Mais tarde, essa incompreensão de como a personagem Nastácia era tratada foi compreendida como uma espécie de anomalia social, a qual se figura no racismo e que precisa ser combatido. Quando reli sobre o conteúdo da obra durante a segunda série do Ensino Médio foi diferente, ao me deparar com expressões como macaca e beiçuda, fiquei horrorizada e muito triste.

Isso me tocou bastante, tendo em vista que no Ensino Médio, a Literatura e as poesias sempre me conquistaram pela sua escrita inovadora, capazes de refletir, intrinsecamente, sobre a vida. Isso ocorreu justamente porque, como mencionado, sempre li bastante livros, porém, o de Lobato acabou me deixando triste, em decorrência das expressões racistas que havia em suas obras, em especial **Reinações de Narizinho** (Lobato, 1931; 2014).

Motivada pela necessidade de continuar os estudos, agora no nível superior, estava tendo a oportunidade de perceber o mundo com um novo olhar e estudar um pouco mais sobre a Literatura. Veio, então, a oportunidade de lecionar.

Como professora de uma escola pública e compreendendo a necessidade da Literatura nos espaços de aprendizagem como produtora do conhecimento, construí diversos projetos nas instituições de ensino direcionados à temática de Literatura Infantil dado que, infelizmente, em

⁵ O racismo institucional atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial (López, 2012, p. 121).

⁶ Termo aspado devido ao seu sentido conotativo.

muitas escolas, nenhuma atenção é dispensada ao aspecto multirracial existente na sociedade e no cotidiano escolar.

Sendo assim, é perceptível que o racismo estivesse inserido na sociedade como uma indústria cultural, na qual há uma falsa superioridade branca, em que, erroneamente as raízes e culturas negras, indígenas são deixadas de lado. Em decorrência disso, pensando no racismo e seu aspecto cultural, proposto por Munanga (2005), entende-se que, à medida que os preconceitos raciais são impostos sócio historicamente, modificam-se os modelos culturais nacionais e identitários relacionados ao racismo.

Partindo dessas experiências, pautei as seguintes questões para minha pesquisa: Lobato naturaliza as mulheres negras como doméstica e mãe preta, subordinada numa relação de classe racializada e generificada, apresentando tal condição como a-histórica? Quais sentidos assumem as falas das personagens sobre Tia Nastácia? Ao analisá-las elas apontam a consubstancialidade entre raça, classe social e gênero nas **Reinações de Narizinho**? Indicam o racismo, o sexismo e a posição de classe do autor?

Nesta perspectiva, defini como objetivo geral: compreender a formação social brasileira e a posição assumida por Monteiro Lobato no debate racial do século XX; Já os objetivos específicos são: (i) discutir a repercussão do racismo na criação da literatura infanto-juvenil no Brasil e a influência de Lobato a partir da sua obra em especial das personagens de **Reinações de Narizinho**; (ii) analisar a consubstancialidade entre classes, raça e gênero por meio da personagem Tia Nastácia, enquanto mãe preta e doméstica na casa dos brancos.

Para isso, trabalhamos nessa investigação a hipótese de que o mundo encantado da literatura infantil lobatiana traz a naturalização da mulher negra como doméstica e mãe preta, subordinada numa relação de classe racializada e generificada, vinculando tal condição como a-histórica.

Para desenvolver esta pesquisa foi empregada uma revisão de literatura, por intermédio de levantamento bibliográfico, momento em que há a seleção da produção escrita sobre o conteúdo. Dentre os autores selecionados para essa seção, Gil (2008), Lakatos e Marconi (2003) e Minayo (2008), é possível proporcionar uma compreensão mais ampliada no que tange ao objeto de análise.

Quanto à discussão sobre Nastácia, são analisadas, as falas das personagens Emília, Dona Benta, Narizinho, Pedrinho, da própria Tia Nastácia e do narrador, balizada pela perspectiva polifônica de Bakhtin, que torna possível compreender como Lobato utilizou-se de distintas vozes para enunciar suas ideias. Isso porque, a polifonia, de acordo com Bakhtin

(2002, p. 4), trata-se de uma “[...] multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis”, que fazem com que as palavras ganhem novas semânticas.

Ao analisar a literatura infanto-juvenil lobatiana, entende-se que a linguagem é interação social. O sujeito, ao falar ou escrever, pode deixar em seu texto marcas profundas de sua sociedade, seu núcleo familiar, suas experiências, além de pressuposições sobre o que o interlocutor gostaria ou não de ouvir ou ler, tendo em vista também seu contexto social. E isso ocorre em decorrência da natureza inerente da língua, na qual:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua (Bakhtin; Volochinov, 2004, p. 123).

A palavra não é monológica, mas plurivalente, uma condição constitutiva do sentido. Para Bakhtin (2004, p. 51), “[...] o ‘outro’ desempenha um papel crucial: só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro e com a ajuda do outro”. Assim, o autor não se mostra no fio dos discursos, mas transmite as suas concepções ideológicas e históricas que devem ser pensadas através da sua formação social.

Dessa forma, partimos da teoria bakhtiniana para analisar as **Reinações de Narizinho** (Lobato, 1931; 2014), pois consideramos que esta obra enuncia o debate racial e o eugenismo na sociedade brasileira. Os estudos foram pautados nas edições de 1931 e 2014, a qual a última preserva a escrita original de Lobato. A partir desse arcabouço teórico, esse trabalho visa contribuir com os estudos direcionados às relações étnico-raciais, principalmente sobre a subjetivação das mulheres negras no Brasil. Recobra-se como o sistema escravista reproduziu e reproduz as desigualdades pós-abolição e como a pós-industrialização não conseguiu eliminar a raça (Moura, 1992), enquanto perpetuada, por exemplo, a empregada doméstica.

Articulamos, nesta pesquisa, as reflexões de Saffioti (2004; 2013), Gonzalez (1983; 2019; 2020) e Moura (1988; 1992), com a compreensão da consubstancialidade entre raça, classe e gênero na formação social brasileira. A personagem Nastácia aparece imersa num discurso racista do início do século XX, que denuncia, sem sabê-lo, o mito da democracia racial no Brasil.

Para responder às questões enunciadas, a dissertação está estruturada em três capítulos. No primeiro, “Monteiro Lobato: um escritor eugenista no início do século XX”, começo pela formação da sociedade de classes no Brasil, racializada e generificada, a “invenção” do negro/negra pelo colonizador branco e aponto o diálogo de Lobato com as teorias raciais e o

eugenismo na sua produção literária a partir de teórico/as como Saffioti (2013), Moura (1988), Schwarcz (1983), Fanon (2008), e Davis (2016). Com este primeiro capítulo é possível entender como as **Reinações de Narizinho** (Lobato, 1931; 2014) reporta a um período histórico do Brasil. O autor articula o racismo, o sexismo e a hierarquia de classes vivenciados pela população negra por meio da personagem Tia Nastácia.

O Capítulo 2 tem como título “As Reinações de Narizinho: um mundo sem encanto”. A primeira subseção discorre sobre o racismo no Brasil e sua influência na Literatura Infanto-Juvenil. Na segunda, por sua vez, discuto a obra de Monteiro Lobato dedicada às crianças e destaco as **Reinações de Narizinho** (Lobato, 1931; 2014), partindo das reflexões e das narrativas históricas de Cavalheiro (1955), coetâneo de Lobato, trazendo grandes contribuições sobre a vida do autor; da abordagem teórica e discussões de Zilberman (1981), Lajolo (1985; 2006) e Munanga (1998; 2002) e suas contribuições sobre as questões raciais no Brasil na contemporaneidade, assim como também Fernandes (2007), Fanon (1983; 2008), Schwarcz (1996) e Saffioti (2013).

Observa-se que mulheres como tia Nastácia, sofrem o processo da desigualdade socioeconômica, haja vista que a elas são impostas as condições de trabalho mais precárias, como se não fossem competentes aos cargos de chefia, expressando o amálgama de classe, raça e gênero.

É relevante lembrar que, para Nogueira (2007), o preconceito racial difere a depender dos continentes e países. No Brasil, embora as pessoas neguem, ele ocorre sob as mais diversas manifestações, entre elas, na Literatura Infantil. Assim, é notado que o racismo está presente nas relações sociais, mas ao mesmo tempo, busca-se silenciar a denúncia e minimizar suas profundas repercussões, especialmente, quando se trata de obras consideradas canônicas e escritas por homens brancos, como é o caso de Lobato.

Ademais e ao analisar os processos históricos de escravização dos povos africanos pelos europeus entre os séculos XVI e XIX e em prol de uma descolonização que também alcance a Literatura, o Capítulo 3 é intitulado “Tia Nastácia: mãe preta e doméstica na casa dos brancos”. Nele, inicio pelo debate sobre a consubstancialidade de classe, raça e gênero a partir da revisão de literatura e do debate, em especial, da epistemologia feminista. Em seguida, recolho as vozes numa relação de classe racializada e generificada, por intermédio das personagens das **Reinações de Narizinho** (Lobato, 1931; 2014), para analisar a subjetivação de Tia Nastácia, mulher negra, subordinada e a-histórica a partir do referencial de Gonzalez (1983; 2019; 2020).

Portando, para compreender as questões até aqui apontadas, é importante entender que o capitalismo não liberta as mulheres. Pelo contrário, ele reorganiza a apropriação e a exploração, separando os trabalhos que são considerados masculinos e femininos. Estes que, por sua vez, são diretamente desvalorizados, instituídos em um sistema de circuito fechado (Falquet, 2013, p. 6), em que o racismo e o gênero são marcadores da opressão que verificamos na personagem Nastácia.

Davis (2016) destaca a importância da reformulação dessa história marcada pela desumanização, açoites e trabalho duro compulsório que, por sua vez, reflete no modo de se viver em sociedade dos negros atualmente: nas violências e nas opressões, ainda instituídas nos espaços sociais (*ibid.*). Nesse contexto, também é necessário frisar como as intersecções de raça, do gênero, da classe e da sexualidade determinam os eixos de subordinação social, por isso, a ideia de consubstancialidade/coextensividade é analisá-los de modo concomitante (Cisne, 2014).

Compreendem-se, portanto, as marcas concretas capazes de expressar de modo ideológico, a “[...] ocultação patriarcal objetiva da mulher pelo homem” (Maestrini, 2005, p. 30). Tais sistemas sociais deixam clara a alienação sofrida por mulheres negras e situações de inferioridade na escala social, como tia Nastácia, e que são dispostas pelo ideal racista de sobreposição. Assim, evidencia-se uma realidade que é ao mesmo tempo política, ideológica, econômica e cultural formada por uma subjacência racista nas sociedades e que precisa ser aniquilada (Moura, 1988).

Por fim, nas Considerações Finais, nas quais apresentamos e destacamos as Leis 10.639/03, 11.645/2008 e as ações afirmativas como essenciais não somente dentro dos estudos e da realidade dos acadêmicos, mas para ampliar o ensino crítico da literatura na educação básica que contribua com uma formação antirracista (Brasil, 2003; 2008).

CAPÍTULO 1: MONTEIRO LOBATO: UM ESCRITOR EUGENISTA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

1.1.A formação social brasileira e a “invenção”⁷ do negro /negra pelo colonizador branco

O processo de escravização da população africana foi marcado pelo etnocentrismo europeu, pela desumanização, apropriação e expropriação cultural que resultou na invenção do negro pela empresa colonial europeia. estigmatizou essas etnias⁸ por quase quatrocentos anos. Nesse percurso, a partir de 1530, a coroa portuguesa procurou estimular a construção de unidades açucareiras no Brasil. Contudo, até os anos 1570, os colonos encontraram grandes dificuldades, pois tiveram problemas com o recrutamento força de trabalho e falta de capitais para financiar a montagem dos engenhos.

Miller (1997) reconta que, ao serem superadas tais dificuldades, com atrelamento da produção brasileira aos centros mercantis do norte da Europa e articulação do tráfico de pessoas escravizadas entre África e Brasil, tornou-se viável a implantação definitiva da indústria de açúcar, “o que ocorreu entre 1580 e 1620, quando o crescimento acelerado da produção brasileira ultrapassou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu” (Miller, 1997, p. 56).

Os primeiros escravizados africanos começaram a ser importados em meados do século XVI, sendo os seus trabalhos no Brasil direcionados a uma especialidade: mineração, plantio de cana de açúcar e construção. Por esse motivo, Schwartz (2000, p. 37) relata que eram bem mais caros que os indígenas: um escravizado africano custava, na segunda metade do século XVI, cerca de três vezes mais que um escravizado indígena. “Após 1560, com a ocorrência de várias epidemias no litoral brasileiro, como sarampo e varíola, os escravizados indígenas passaram a morrer em proporções alarmantes, o que exigia reposição constante da força de trabalho nos engenhos” (Schwartz, 2000, p. 37).

A coroa portuguesa constatou que a mão de obra escravizada negra era mais útil em comparação à indígena. Então foi promulgada a lei que, de forma parcial, vetava a escravização de índios⁹. Ao mesmo tempo, os portugueses aprimoravam o funcionamento do tráfico negreiro transatlântico, sobretudo após a conquista definitiva de Angola, em fins do século XVI.

⁷ Termo asado pelo seu sentido conotativo.

⁸ Termo utilizado no plural pelo fato de se por terem sido capturados cidadãos de muitas etnias.

⁹ Termo adotado à época.

Mas esse processo de escravização não foi pacífico e nem passivo. Aconteceram muitas rebeliões e inúmeras formas de resistências. A etimologia dessa palavra, diante dos fatos ocorridos, nos faz entender que resistência significa refletir “desde dentro” as culturas africanas e indígenas para, primeiramente, elaborar epistemologias que assumam de modo interligado o racismo, o colonialismo, o imperialismo e seus produtos (Carneiro, 2005).

A resistência à escravidão aparece de distintas formas, na Guerra dos Palmares e, depois, no movimento abolicionista da década de 1880. Com efeito, entre 1807 e 1835, a Bahia viveu um período de rebeliões contínuas das pessoas escravizadas africanas, cujo ápice foi a Revolta dos Malês, levante de escravos urbanos mais sério ocorrido nas Américas.

O processo que nos levou à abolição foi marcado por contradições e manutenção das desigualdades pautadas em uma sociedade racista e racializada permaneceram (Carvalho, 1987).

Houve, então, o encobrimento das mazelas pelo discurso oficial e as contradições da cordialidade na formação do Brasil ganharam força. O racismo, após o processo de aperfeiçoamento sofrido no pós-abolição, além de se tornar uma construção ideológica e um conjunto de práticas, adquire maior eficácia estrutural (Gonzalez, 2020).

A abolição fôra declarada quando ele tinha seis anos, mas os escravos estavam forros antes do decreto da Princesa Isabel, pois homem de alguma leitura, o Visconde, embora apegado ao princípio de autoridade quase ilimitada de um típico patriarca da Monarquia, não era refratário as novas ideias; alforria a todos os escravos, e os que - a maioria deles - permaneceram na fazenda, transformaram-se em assalariados livres (Cavalheiro, 1956, p. 27).

A partir deste contexto marcado pelo racismo escravocrata-senhorial e ao mesmo tempo conservador que foi capaz de refletir nas classes sociais e noutras dicotomias (homem branco e colonizador/colonizado; negro/branco; ricos/pobres; homens/mulheres), a população negra vai sendo marginalizada e excluída do acesso ao saber, aos espaços de decisão pública e aos meios de produção.

De acordo com Gonzalez (1988), ainda na segunda metade do século XIX, a questão do racismo encontrava, em campos da Ciência, a justificativa para uma suposta superioridade eurocristã branca e patriarcal. De igual modo, se estruturava o modelo ariano de explicação, o qual supervalorizava o evolucionismo positivista, o qual se refletia no imaginário do senso comum. Prova disso é a violência racial naturalizada e destruidora. Para Fanon (2008), por uma questão de alienação, a eficácia da dominação colonial persistiu após os movimentos pós-abolicionistas:

[...] o mal é representado pelo negro. É preciso avançar lentamente, nós o sabemos, mas é difícil. O carrasco é o homem negro, Satã é negro, fala-se de trevas, quando se é sujo, se é negro – tanto faz que isso se refira à sujeira física ou à sujeira moral. Ficaríamos surpresos se nos déssemos ao trabalho de reunir um grande número de expressões que fazem do negro o pecado (Fanon, 2008, p. 280).

Tanto nas vozes do narrador, quanto por meio de Narizinho ou de Emília, Lobato explicita expressões que constroem um imaginário pejorativo sobre Nastácia: “A diaba da negra, porém, impediu-a disso” (Lobato, 2014, p. 372). Lobato, então, enuncia aqui seu racismo produzido, também, a partir das teorias raciais e eugenistas, sobre as quais retomaremos adiante. O autor viveu numa sociedade, cuja “narrativa eurocentrada buscava dissolver os sujeitos plurais, engolir a vivência e a cultura dos que não faziam parte do pacto hegemônico” (Fanon, 1983).

As vivências de Lobato foram em uma sociedade, cuja “narrativa eurocentrada busca dissolver os sujeitos plurais, engolir a vivência e a cultura dos que não faziam parte do pacto hegemônico” (*ibid*).

Recobra-se que no Romantismo do século XIX, assim como o Modernismo da década de 1920 – épocas das primeiras publicações de Lobato – constrói-se a perspectiva, tanto do indivíduo negro como do sujeito indígena, de seres assimilados pela sociedade e dóceis. Em um segundo momento, surge a exaltação do herói indígena, mais especialmente a valorização da miscigenação como singularidade da nação brasileira e, a partir do privilégio racial, constrói-se um discurso permanente de embranquecimento da população. Tal branqueamento não se restringe apenas a aspectos biológicos e/ou fenotípicos, que produzem a exaltação à mestiçagem, mas se trata, também, de uma domesticação da pessoa negra, como é o caso da Tia Nastácia, em que se criam arquétipos dóceis como forma de um suposto salvamento à inferioridade desse não sujeito (Fanon, 2008).

Quando se pensa em Brasil, conforme Munanga (2022), vê-se como este nasceu por intermédio do encontro das diversas civilizações e das culturas. Por isso, não se pode ausentar este debate, especialmente, porque o mito da democracia racial está presente, até mesmo, no imaginário do negro. Por outro lado, o que se vê é que ainda há uma espécie de congelamento do debate sobre a diversidade cultural e racial no Brasil, sendo comum ser difundido, apenas, uma identidade mestiça (Munanga, 2019).

Ao seguir essa linha de raciocínio, nota-se como o mito da democracia racial apresenta-se de forma evidente na sociedade verde e amarela, sendo assim, esta apresenta-se como um paraíso racial, ou seja, uma nação sem discriminação e sem preconceitos. Face a essa ideologia,

o Brasil viveu, por muito tempo, a ausência de leis que protegessem os direitos dos não brancos, efetivadas não somente nos manuais de direito, mas no cotidiano das pessoas, como nas decisões judiciais, por exemplo (Munanga, 2019).

Para tanto, compreende-se que, no Brasil, a identidade negra imaginada resulta em uma identidade nacional que é constituída a partir de referências raciais e estas referências encontram suporte, especialmente, em pseudoteorias sociológicas que lançam representações que mesclam identidades, por vezes, desumanizadas e subalternizadas às vontades do colonizador.

O sistema patriarcal no Brasil, não obstante, diminui o sujeito feminino e é atravessado pelo racismo institucional. Isso decorre face à conjugação do racismo alinhado ao sexismo, que por sua vez, produz para as mulheres, em especial as negras, um tipo de asfixia social, composta por desdobramentos negativos em todas as dimensões de sua vida (Carneiro, 2011).

Sob essa perspectiva, no estudo que gerou estes escritos, é trabalhado como objeto de pesquisa, a personagem tia Nastácia, mulher negra e empregada no serviço doméstico, a qual serve como exemplo de pessoa que sofre, não somente com a questão da raça, mas também com a desigualdade social e com a discriminação de gênero. Essa última é marcada por debates feministas, capazes de invocar, regularmente, a importância do entrelaçamento entre gênero, raça e da classe, não sendo, apenas, uma citação obrigatória, mas como necessidade de se observar a minimização da mulher preta, pobre e em condição de subalternidade, quando se comparado ao seu patrão branco (Carneiro, 2011).

Nessa perspectiva, o que se vê é que todos esses fatos contribuem para a declarada inexistência de relações simétricas entre os negros e os brancos, indígenas e outros povos do/no Brasil. Infelizmente, não existem respostas que sejam fáceis para entender o fenômeno do racismo, haja vista que ele possui grande complexidade. Falta, não somente conscientização, mas solidariedade, ou ainda “humanidade” (Hooks, 2019; Munanga, 2022).

Fanon lembra que o racismo acaba forçando os grupos de pessoas a saírem da dialética entre o outro e o eu, sendo uma relação basilar da vida ética humana:

Na maioria das discussões sobre racismo e colonialismo, há uma crítica da alteridade, da possibilidade de tornar-se o Outro. A consequência é que quase tudo é permitido contra tais pessoas, e, como a violenta história do racismo e da escravidão revela, tal licença é frequentemente aceita com um zelo sádico. A luta contra o racismo antinegro não é, portanto, contra ser o Outro. É uma luta para entrar na dialética do Eu e do Outro (Fanon, 2008, p.10).

Compreende-se, então, como o racismo ocorre de modo multifacetado, sendo dinâmico em tempo e em espaço e, por isso, a dificuldade para sintetizá-lo em um conceito. Contudo,

compreende-se como ele está engendrado no meio social, desde quando se pensa em origem socioeconômica ou classe social, de religião, de idade, de sexo, de etnia, de “raça”¹⁰, assim como nas questões de gênero, de nacionalidade etc. (Saffioti, 2013). Em decorrência disso, torna-se compreensível o pensamento de que “o preconceito contra os negros no Brasil trata-se de um problema social e não racial” (Nogueira, 2007). Isso se deve, justamente porque todos os problemas que existem na sociedade, especialmente o preconceito racial, trata-se, portanto, de problemática social em uma esfera coletiva.

Desse modo, algumas análises querem deixar evidente que o preconceito racial ocorre devido à classe econômica e não pelas chamadas crenças na superioridade do branco e na inferioridade do negro. Contudo, o mito da democracia racial do Brasil mostra que essa ideologia supremacista se dá pelos dois motivos, pois, diante do contexto escravagista no qual as bases do país se edificaram, raça e classe caminham sempre juntas. Nesse sentido, compreende-se como o combate à questão do racismo se faz crucial, haja vista que, conforme Chor Maio (2014) ao estudar Fernandes, aponta que:

[...] com base na cor e a localização dos negros nos estratos subalternos, pode ser lida como uma tradução sociológica das ideias que circulavam na militância negra ligando o racismo à pobreza. Florestan estava imbuído de um otimismo sociológico característico dos anos 1950 em que a nova sociedade competitiva, aberta, igualitária, democrática sob o signo do desenvolvimento superaria a herança escravocrata. Enfim, modernidade e racismo seriam incompatíveis (Chor Maio, 2014, p. 23).

Mas ocorre o contrário. O racismo, se apresenta de forma institucional na obra de Lobato, quando foi escrita e na contemporaneidade, pois mostra que as desigualdades sociais (instituição de classes) estão intrinsecamente ligadas à raça, descendentes dos processos escravocratas e das formas de estratificação atuais. A exemplo disso, ocorreu na África do Sul, em 2001, a Conferência de Durban (DDPA), uma das primeiras do século XXI a combater todas as formas ao racismo e discriminação racial, sendo o Brasil um dos países signatários (Karmel, 2006).

Previu-se, então, a implantação de políticas de ações afirmativas, sobretudo, das cotas, a fim se haver uma reparação histórica para beneficiar os negros, os povos indígenas e as minorias de direito. Porém, o que se vê, quase vinte e um anos depois, ainda existem polêmicas e controvérsias, no que diz respeito a essas políticas, haja vista que elas são indicadores da realidade social, na qual vive-se, entre os fatos e os mitos, isso é, onde os mitos funcionam como uma verdadeira realidade (Munanga, 2022).

¹⁰ Termo comumente utilizado para se referir à etnia.

Dito isso, atualmente, o nó desse problema encontra-se neste racismo que é capaz de hierarquizar, desumanizar e justificar os problemas de discriminação e desigualdades existentes (Fry, 2007). O *apartheid*¹¹ demonstrou, na prática, como esse ideal de radicalização do racismo ainda é a uma realidade da era moderna. Nesse viés, essas posições maniqueístas¹², de usar o termo raça ou substituí-lo, fazem parte de um tipo de afirmação e de negação da diferença, refletem uma estrutura opressora do racismo (Fry, 2007).

Dessa forma, qualquer tipo de proposta estatal que vise somente lutar sobre diferenças biológicas é falha, tendo em vista que para lutar contra as desigualdades, é fundamental o reconhecimento oficial da racialização de um local no qual sua característica principal seja a mestiçagem (Fernandes, 1976). Ou seja, é preciso fomentar que o problema racial é uma problemática social, que existem pessoas e grupos racializados e que, na sociedade brasileira, as ideologias segregacionistas se manifestam de diversas maneiras. Uma delas é na própria Literatura.

Nessa direção, conforme Carboni e Maestri (2002), no texto “A Linguagem Escravizada: Língua, História e Poder”, a função das relações escravistas na violência arbitrária do colonizador estabelece a possibilidade e a legalidade antagônicas de sua dissolução, por meio do ato de violência ao escravizado. Dessa forma, o termo escravo é tido como povo submetido à servidão que ocorre de modo pleno e exclusivo, face sua natureza “inferior”¹³.

Quando se pensa nas relações sociais, o racismo é, justamente, provocado pela naturalização das relações escravistas que determinam as situações de opressão do escravizado pelo escravizador, sendo produto das relações sociais entre os homens. É como se o escravo já tivesse essa natureza de inferioridade e de propriedade, e assim, dissolvendo o escravizador, enquanto agente ativo na escravização (Silva; Ferreira, 2019). Por isso, percebe-se o prolongamento do racismo na sociedade:

[...] a perpetuação do racismo é possível na medida em que (i) produz sistema de explicação específico para as desigualdades e (ii) constitui subjetividades insensíveis diante da discriminação e da violência racial. Nessa operação ideológica, ciência e cultura ocupam papéis importantes. A primeira, produzindo discursos de autoridade, elevados à categoria de verdade, que se sofisticam ao longo do desenvolvimento do capitalismo e dos avanços tecnológicos de modo, por exemplo, a substituir o racismo científico pelo ‘relativismo cultural’ e pelo ‘multiculturalismo’ que passam a evocar; a segunda, a partir de um modelo de humanidade controlável, no qual a prática de aniquilamento cultural é trocada pelo poder de determinação de valor e significado (Almeida, 2019, p. 164).

¹¹ Termo que significa separação ou identidade separada.

¹² Termo, comumente, adotado pelo Romantismo no século XIX que significa a luta de bem contra o mal.

¹³ Termo asado por entendermos ser uma impressão, exclusivamente, do colonizador/escravizador.

Pensando nessa perspectiva, a questão do preconceito está entrelaçada no tecido social da comunidade. É preciso, portanto, modificar a estrutura econômica, social e cultural para que sejam cessadas as opressões, no sentido de uma construção social mais democrática e isonômica. Por isso, há de se enfatizar a necessidade de repensar a própria concepção de realidade de toda nação e de sua cultura, só assim, pode-se discutir possíveis soluções (Hooks, 2019).

Diante disso e por intermédio do debate público e das compreensões da maior parte das sociedades, como é o caso de Gonzalez, Hooks, Davis, precisa-se rever suas bases de conhecimento e da cultura e desvalorização do povo negro, uma vez que a invenção do negro pelo colonizador branco sempre foi vinculado à situação de escravizado, diminuindo, assim, sua cultura, sua religião e modo de pensar, o qual, ainda, repercute na sociedade atualmente. Isso porque os povos brancos construíram suas riquezas face ao perverso sofrimento alheio e explorações de força de trabalho, com violências múltiplas, com torturas pelo homem branco.

Lobato e Nastácia expressam a sociabilidade brasileira, pois, a senhora negra docilizada era a cuidadora de todos na casa grande em que morava como trabalhadora do serviço doméstico. É notado que essa relação ocorre até hoje. E, ao ressaltar o preconceito racial no livro **Reinações de Narizinho** (1931; 2014), é ratificado como os negros e outras minorias de direito são sempre retratados enquanto pessoas com condições mínimas de saúde, alimentação, vestimentas e vida como um todo, ou seja, é mostrado o contexto no qual muitas pessoas e grupos racializados na contemporaneidade se encontram: vivenciando a constante desigualdade social.

1.2.As vozes das teorias raciais na escrita lobatiana

Monteiro Lobato, neto do Visconde Tremembé, cresceu em uma família aristocrata entre o período escravocrata e o pós-abolição. Com isso, esse escritor vivenciou grandes mudanças sociais no Brasil, ao mesmo tempo em que, como um homem que teve a oportunidade de estudar, conheceu o pensamento eugenista da época, no qual expressou a suas ideologias e o expressou em muitas de suas histórias infantis.

Lobato ingressou Movimento Eugénista em 1919, que prezava por uma pseudociência segregacionista e afirmava que as capacidades intelectuais variavam conforme a raça. Especificamente, os negros “possuíam uma habilidade intelectual reduzida e seriam somente

capacitados para trabalhos servis”. Em São Paulo, ele perpetua em sua escrita expressões racistas em relação a personagem Tia Nastácia: “Tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequenina, e Emília, uma boneca de pano bem desajeitada de corpo” (Lobato, 2014, p. 5).

Para Fanon (2008, p. 300), discursos como: “o negro, o obscuro, a sombra, as trevas, a noite, os labirintos da terra, as profundezas abissais, enegrecer a reputação de alguém; e, do outro lado: o olhar claro da inocência, a pomba branca da paz, a luz feérica, paradisíaca” funcionam para enfatizar a subalternidade do povo negro em todos os pressupostos sociais, sendo um problema necessário a ser combatido em todas as dimensões da sociedade.

O que se percebe é a dificuldade de decodificação e de compreensão no que diz respeito às manifestações comuns ao “racismo à brasileira”, em decorrência de suas peculiaridades nas quais diferenciam as outras diversas espécies de racismo citadas. Dessa forma, ecoa-se uma voz de que “não somos racistas, os racistas são os outros, americanos e sul-africanos brancos”. Contudo, na prática o que acontece é o mito da democracia racial brasileira, que age como uma crença, uma verdadeira ideia de ordem e realidade. Desse modo, torna-se complexo arrancar do brasileiro essa confissão racista (Munanga, 2008).

Em **Reinações de Narizinho**, Lobato mostra o resultado do encontro/violência colonial, como esclarece Fanon (2008). Vê-se que o processo de constituição da subjetividade do homem e da mulher negro/negra dá-se, sobretudo, através de imperativos exteriores. Denominando este processo de sociogênese, o autor mostra as estratégias epistemológicas, de etiquetas e de desejos que regem o cotidiano e que desautorizam a humanidade do negro.

A obra lobatiana precisa ser entendida não somente como produto do meio sócio-histórico, mas também deve levar em consideração os discursos ideológicos raciais dos quais o autor esteve cercado em sua vida como um todo. Levando em consideração a data de nascimento de Lobato: 18 de abril de 1882, anterior ao 13 de maio de 1888, nota-se como ele vivenciou, mesmo que em curto tempo, o período escravocrata do Brasil (Silva, Júnior, 2018). Isso porque, mesmo após o período abolicionista, os povos negros escravizados continuaram numa situação de desigualdade em seus direitos políticos, sociais e econômicos.

Ademais, Munanga (1999) traz à luz que havia cerca de três correntes racistas – sendo duas de natureza ideológica – aquelas instituídas pelos discursos, e outra considerada científica, como a Frenologia¹⁴. As três influenciaram, efetivamente, Lobato, especificamente, a corrente

¹⁴ Estudos sobre a inteligência e sobre aspectos morais e estéticos, a partir do tamanho e proporção dos cérebros, bem como o formato dos crânios e do índice cefálico (Wieviorka, 2007).

(pseudo)científica, pois, diante das suas ideias eugenistas, percebe-se o arquétipo de inferiorização intelectual, desprovida de conhecimento, frente à etnia negra em muitas de suas narrativas: “por isso, só falava cientificamente, isto é, de um modo que Tia Nastácia não entendia” (Lobato, 2014, p. 246).

Em primeira análise, foi apresentado e difundido o Darwinismo Social, cuja teoria explicava que a evolução social, cultural e intelectual da sociedade tem/tinha determinantes de valores que as colocavam em condição superior à outra, como nos aponta Machado, Amorim e De Barros (2017). Essa pseudociência deu base para o Eugenuismo que incidiu na vida de Lobato, excepcionalmente, quando interpretamos as narrativas presentes na obra aqui trabalhada.

No que tange à seleção natural ou a chamada evolução das espécies, ela forja o pensamento não apenas de raças inferiores, mas, incivilizáveis. Em outras palavras, com exceção da etnia branca, “os demais tipos raciais estavam condenados ao atraso socioeconômico, cabendo ao homem branco a tarefa de civilizar os povos não-brancos: o fardo do homem branco” (Schwarcz, 1993, p. 111).

Não se pode confundir essa abordagem com a ideia do Evolucionismo Social, que acreditava que a sociedade tem início no estado primitivo e, gradualmente, se torna mais civilizada (Machado; Amorim; De Barros, 2017). Tais concepções acabaram por justificar a submissão ou a eliminação das raças tidas como inferiores, as quais e se converteram na prática mais ampliada do darwinismo social: a eugenia. Tal ideologia e pseudociência segregacionista é etimologicamente definida como *eu*: boa; *genus*: geração, originada pelo cientista Francis Galton, em 1883.

Schwarcz (1993) relata que Galton fomentava que a eugenia, instituída como uma ciência buscava afirmar que haveria leis da hereditariedade humana e, enquanto movimento social, se preocupava em promover casamentos entre determinados grupos, desencorajando uniões interétnicas/interraciais. Sendo um darwinista social, ele via o progresso eugênico como algo restrito, alcançado apenas pelas sociedades puras. Com isso, o bom desenvolvimento de uma nação seria resultado da formação de uma sociedade racial pura.

A teoria do embranquecimento, também chamada de ideologia do branqueamento, que pregava que o Brasil precisava passar por uma espécie de “clareamento”, cujas raças inferiores (os negros e os índios) se misturassem com os brancos, a fim de que “melhorassem do ponto de vista genético” (Seyferth, 1996, p. 49). Dessa forma, era como se o branqueamento da raça fosse compreendido como processo seletivo de miscigenação, em que, a partir da terceira

geração, poderia produzir um fenótipo puro: o branco (Silva, Santos, 2012) – ideia desenvolvida aqui no Brasil, a princípio, por Silvio Romero e depois por Nina Rodrigues.

Como membro da Sociedade Eugênica de São Paulo, como também possuía vínculos com cientistas eugenistas, a exemplo de Renato Kehl (1889-1974) (Silva, Santos, 2012). Galton¹⁵ observou que filhos de homens talentosos, advogados e médicos, geralmente seguiam a carreira de seus pais e utilizou de artifícios estatísticos para mostrar que eles transmitiam tais caracteres aos seus filhos, igualmente inteligentes e bem-sucedidos, enquanto os pobres, geralmente, continuavam pobres (Schwarcz, 1993). O intelectual afirmava que seria possível:

Uma ciência genuína sobre a hereditariedade humana que pudesse, através de instrumentação matemática e biológica, identificar os melhores membros – como se fazia com cavalos, porcos, cães ou qualquer animal –, portadores das melhores características, e estimular a sua reprodução, bem como encontrar os que representavam características degenerativas e, da mesma forma, evitar que se reproduzissem (Dell Cont, 2008, p. 202).

Tendo como fundo pseudocientífico, os ideais do “racismo à brasileira”, como já foi dito, manifesta-se muitas vezes passando despercebido, de forma bastante naturalizada. Expressões e falas preconceituosas soam naturalmente e dissimulam ofensas e inferiorização do povo negro. Algumas pessoas chegam a referir-se a negros como “macacos”, sem se darem conta de que os eugenistas, para justificar a escravidão, classificam os negros como uma espécie de humanóides primatas. Esse tipo de fala aparece nas vozes das personagens Emília e Narizinho, como no exemplo que segue: “Nastácia é aquela galinha preta que mais parece urubu...” (Lobato, 2014, p. 96). Chamar uma pessoa negra de “macaca” é resgatar o forte legado histórico da eugenia, com toda a carga de sofrimento que o povo negro vem sofrendo através dos séculos.

Lobato nasceu e cresceu em meio a esse sistema, desde cedo ~~era~~ influenciado a ser senhor de fazendas. Em decorrência disso, entende-se como ele fazia parte de uma elite que acreditava na herança do trabalho escravo como fundamental para manter suas terras, por meio das disparidades sociais, das diversidades regionais intensificadas por distâncias geográficas imensas (Zilberman, 2010).

Então, nota-se como existiam dois grupos sociais bem marcados nesse momento. Entre eles, os negros libertos, porém analfabetos e sem condições de se inserir no mercado formal de

¹⁵ Francis Galton era filho de Samuel Tertius Galton (1783-1844) e Frances Ann Violeta Darwin (1783-1874); sua mãe era neta de Erasmus Darwin, que por sua vez era avô de donde Charles Darwin, se estabelece o parentesco entre Galton e Darwin. Ver “Ancestry of Francis Galton” (www.galton.org).

trabalho, como é o caso de Tia Nastácia, personagem de Lobato. Ela que, por sua vez, tinha como opção ir para as ruas ou continuar na casa grande. Por outro lado, a elite formada por pessoas como Lobato, pautada em padrões europeus, possuía concepções conservadoras.

E, embora em **Reinações de Narizinho**, ele tenha realizado uma discussão de um modo geral, a mulher negra ainda continuou sendo tratada levando em consideração sua consequente representada de forma desumanizada, como é o caso de Tia Nastácia.

Lobato, portanto, era favorável a esse aspecto dentro do campo das ciências (Lajolo, 2006) e é sob esta visão racista sustentada pela “ciência” que vai sendo tecida a cultura brasileira. Sendo o Brasil um país com um enorme contingente de populações negra e essencialmente mestiça – o que para a maioria das teorias racistas era sinônimo de atraso rumo ao progresso, de impureza, de degeneração (Schwarcz, 1993). As teorias racistas europeias ofereciam um suporte para a defesa da inferioridade dos negros, mas a respeito da miscigenação, elas eram reinterpretadas.

Esses traços são verificados, especialmente, contra a personagem tia Nastácia, como uma negra de estimação da família matriarcal, pois, era ao mesmo tempo subordinada e a-histórica. Prova disso que para Gonzalez (2020, p. 20):

[...] é importante ressaltar que a emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. [...] O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral, e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito.

Trata-se, portanto, de um processo consubstancial de exclusão e apagamento da História. Gonzalez (2020) nos traz a compreensão de que, através do racismo e suas ramificações – aqui, apontado o institucional – se reproduz em espaços onde os processos de subjetivação das identidades foram mais fortes, só se percebe a segregação quando esta é apontada e criticada dialeticamente. Destarte, deve ser discutida e abordada de forma direta e realista. Assim, Munanga (2022) ressalta que a teoria social relacionada ao povo preto trata-se de uma ferramenta essencial para compreensão das relações raciais, seja no Brasil, como no mundo inteiro.

Compreende-se, então, que é importante, porém, não como causa ou significado, mas como uma determinação que contribui para o estudo de um texto literário. Sendo assim, a obra

literária, para ser compreendida completamente, deve-se observar os diversos fatores sociais que a circundam.

Cândido (2000, p. 46) deixa evidente que “assim, mesmo quando pensamos ser nós mesmos, somos públicos, pertencemos a uma massa cujas reações obedecem a condicionantes do momento e do meio e isso precisa ser ressaltado”. Com efeito, entende-se como a Literatura e sua compreensão não ocorre apenas por ela mesma, mas pela interação social. Isso é, para deixar clara uma problemática social, não basta somente uma análise sociológica periférica e sem fundamentos, mas um entendimento sociologicamente orientado, no qual a diversidade pode se tornar coesa, de modo mais estruturado e aprofundado em bases, sejam estas críticas, sociológicas e históricas (Nogueira, 2007). Ademais, Cândido atribui seis modalidades de estudo, nas quais oscilam a crítica de seu conteúdo, da história e da sociologia:

- a) Relacionamento do conjunto de uma literatura (um período, um gênero) com as condições sociais. Esta abordagem metodológica tradicional seria oriunda do século XVIII, e teria, como virtude, mapear uma ordem geral, um arranjo.
- b) Avaliar à medida que as obras mimetizam ou representam a sociedade, descrevendo seus vários aspectos. Seria a modalidade mais simples, consistindo em estabelecer correlações entre os aspectos reais e os que aparecem nos livros.
- c) Estudo de cunho estritamente sociológico, consistindo no estudo da relação entre a obra e o público.
- d) Análise da posição e função social do escritor, procurando relações entre sua posição e a natureza de sua produção literária, e ambas com a organização da sociedade.
- e) Investigação da função política das obras e dos autores (em geral, atenderia a intuítos ideológicos previamente determinados).
- f) Investigação das origens, buscando uma essência particular (Cândido, 2000, p. 56).

Nessa perspectiva, nota-se a importância de uma abordagem mista, a fim de se compreender sobre o todo. Não se pode negar o entrelaçamento dos vários fatores sociais nas obras literárias. Contudo, definir se estes podem interferir de modo direto nas características cruciais de determinada obra, já que o social passa por esse processo de interiorização em que o autor pode reconstruir e, ao mesmo tempo, elaborar de um modo estético diferenciado.

Muitas vezes, quando nos indagamos sobre os dados estatísticos que reconhecem a mulher negra como alvo de dupla discriminação, não exercitamos uma reflexão mais substancial no sentido de compreender as nuances que atravessam as experiências tanto delas como dos homens negros numa sociedade estruturada em desigualdades de raça, classe e gênero.

Sob esse prisma, Gonzalez (1988) apontava que as mulheres latinas vivem em uma “América”, na qual ocorria uma espécie de convocação aos irmãos das Américas, a fim de que se juntassem em torno do que era tido como modalidade de africanidade (Gonzalez, 1988), a

amefricanidade. Nesse sentido, é comum que as mulheres negras sejam tratadas como inferiores, inclusive, até atualmente:

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra (*sic*) uma festa deles, dizendo que era pra (*sic*) gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra (*sic*) sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava (*sic*) cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Agora, aqui pra (*sic*) nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha (*sic*) atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá (*sic*) queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que ‘preto quando não caga na entrada caga na saída’ (Gonzalez, epígrafe, 1988).

De modo semelhante ocorre com a personagem Tia Nastácia, especialmente, focada aqui, no livro **Reinações de Narizinho** (1931; 2014), haja vista que ela denota um retrato da política racial brasileira, na qual a democracia racial é um mito. Quando a personagem é atacada por termos como: negra de estimação, negra da família, ou ainda sendo comparada a animais como urubu (que se alimenta de carniça), apenas reverberam condições de subalternidade (Saffioti, 2013).

Tal política tinha como objetivo o progresso, e este deveria dar uma nova face para o país. Com a ascensão da República, uma nova identidade tinha que ser erigida e os homens das letras se colocaram como responsáveis por esse processo, narrando e delineando as ideologias que deveriam se estabelecer no Brasil, especificamente, na literatura nacional.

Cândido (2011) fomenta que a Literatura precisa ser vista como um direito básico do ser humano, pois “uma sociedade justa pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável” (Cândido, 2011, p. 126). Dessa forma, assegurando e catalogando a narrativa oral e a escrita, se tem como resultado o entendimento de que todas as pessoas precisam ter acesso a uma literatura que tenha como ancoragem uma crítica cultural, que desconstrua estereótipos, como os racistas, presentes na obra lobatiana.

O pensamento de Nogueira (2007) fica como um legado que, na contemporaneidade, nos faz refletir e compreender o processo histórico, por vezes sutil, que ocorreu no Brasil e, em 2010, sua episteme incide sobre a questão da aquisição das obras literárias de Lobato para as crianças, explicitando o racismo ontem e hoje na nossa sociedade. Ocorrem disputas referente à crítica literária, pois mesmo com tantas reivindicações e mudanças por equidade, pode-se

observar que as práticas sociais de normatização são produzidas e reproduzidas no contexto escolar, agindo como reprodutores e mantenedores da desigualdade, provocando a evasão e a repetência escolar.

Gomes (2010) traz à luz a necessidade de observarmos a forma como é representado o negro na Literatura Infantil no início do século XX no Brasil, especificamente, a lobatiana, como é retratado e quais ideologias são inerentes aos seus personagens, quais são as suas descrições e as formas narrativas. É necessário, portanto, que tanto escola, quanto as demais políticas públicas, lance olhares analíticos às suas formas de operar, a fim de não se reforçar com um uso acrítico de determinados referenciais a hegemonia branca e a subalternização e discriminação negra (Lajolo, 2006).

A obra lobatiana apresenta signos linguísticos que precisam ser analisados para além do senso comum e serem submetidos a uma avaliação minuciosa, que englobe uma leitura de mundo, com enfoque crítico e voltado às marcas discursivas e peculiaridade dos personagens. Este é o argumento central do Parecer do Conselho Nacional de Educação/MEC (CNE/CEB no 15/2010), que solicita a retirada da obra do Programa Nacional do Livro.

Para ilustrar a dificuldade dessa isenção de discriminação e estereótipo na obra literária, registra-se a polêmica sobre o racismo na obra *Caçadas de Pedrinho* (1933), de Lobato, escolhida para os acervos do PNBE de 1998 e 2003, que circulou extensivamente na mídia com argumentos prós e contras a suspensão da distribuição dessa obra nas escolas. Tal polêmica sobre os termos racistas no livro teve início em 2010, quando a seleção dessa obra volta à cena a partir da denúncia do gestor educacional Antônio Gomes da Costa Neto, com a decisão do Conselho Nacional de Educação (CNE) de vetar o livro.

Esse episódio ocasionou inúmeras manifestações, seguidas das intervenções do MEC e anulação do veto, com a recomendação da nota técnica para orientar o professor sobre o conteúdo racista no contexto histórico de produção da obra. O problema com um escritor canônico, da envergadura de Lobato, visto como o criador da literatura infantil no Brasil, é modelar para exemplificar a problemática em pauta. No período surgiram várias posições contrárias ao parecer 15/2010 (Ministério da Educação, 2010).

Por conta disso, não parece ser difícil observar as faces do racismo, em diversos momentos da obra de Lobato, principalmente, quando compara Nastácia com uma “macaca de carvão”, no livro supracitado e que se repete através de estereótipos racistas em **Reinações de Narizinho** (1931; 2014). Porém, o que ainda se vê na modernidade, são os defensores do autor

apontando que isso ocorre face ao universo social da época, que acaba contaminando com as impurezas e tristezas do mundo real.

Nesse viés, a crítica literária não tem efeito de deixar clara a compreensão do objeto, mas sim ressignificá-lo (Lajolo, 1985). Isso ocorre, justamente, porque a literatura não contém em si o social, mas trata-se do próprio social. E quando não se leva a teoria literária em todos os espaços de conhecimento, não é possível compreender a realidade, sob diversas direções e argumentos. De forma consistente, então, faz-se necessário entender o sentido polissêmico, a fim de que a compreensão se torne mais evidente (Lajolo, 2006).

Uma solução para tal problemática é apontada por Terry Eagleton (2006), uma vez que, ele sai em defesa de que um texto literário para ser interpretado, não deve ser um artefato, mas uma unidade, uma necessidade de pensamento para toda sociedade. Contudo, este mesmo autor aponta em sua obra que ocorrem vantagens, como, por exemplo, da visão marxista, na qual se deriva da consciência de que a ação dos seres produz a cultura - e também desvantagens - em relação ao risco de se pretender gastar muito do seu tempo em busca de fidelidades do texto, quando se observa um mundo que possui mais diferenças do que similaridades (Eagleton, 2006).

Ademais, sob a análise deste mesmo autor, verifica-se que o texto como ator das funções sociais apresenta-se como mais eficaz na proporção em que se evita a crença de que o texto pode fornecer ao seu leitor informações que são estáticas.

Pode-se inferir como a língua passa por um processo contínuo de transformações, denotando assim o meio social que está inserida. Por isso, a necessidade de haver um combate ao preconceito, as falas e expressões racistas em Lobato. Mikhail Bakhtin buscava referendar que, o sucesso do romancista dependia especialmente de sua capacidade de construir uma espécie de narrativa, por meio da expressão da complexa polifonia do mundo social, no qual se deseja representar (Bakhtin, 1999).

Por isso, discutir a escrita de Lobato, sua realidade histórica e sua compreensão de mundo trata-se de uma ferramenta crucial no combate às relações e estigmas de preconceitos que ainda persistem na sociedade e que deve ser abordada na formação do educador, principalmente aquele que lida com o público infanto-juvenil. Especialmente, quando se tem em vista que a língua se direciona para uma consciência que é ao mesmo tempo real e prática do ser social

O primitivismo, a degeneração, o grotesco, fazem de Tia Nastácia a encarnação da “inquietude familiar”. Essa condição justifica, ao longo das narrativas literárias, sua ação

“redentora” que se daria a partir da convivência com outros personagens dotados de características aprazíveis ao modelo civilizacional: Dona Benta; Cinderela; o Gato Félix. Em vários trechos, Tia Nastácia encarna a constante tensão entre o humano e o animal, ora é considerada como útil, ora é desprezada por todos da casa, A mulher negra, cozinheira, é a personagem “a quem não se permite expressar a si mesmo” (Nascimento, 2010, p.7).

Nesse contexto, é interessante recuperar a propaganda sobre a farinha de trigo “Dona Benta”: “enriquecida com ferro e ácido fólico e ajuda você a preparar receitas para toda a família: pães, bolos, pizzas, etc (*sic*). Com Dona Benta (*sic*) você compartilha momentos de aconchego e carinho, que só a comida com gostinho caseiro pode criar” (Cozinha Dona Benta, s.d., grifos do autor).” O produto leva o consumidor a resgatar memórias afetivas com efeito da recordação da matriarca, dona da casa e vovó, Dona Benta. Ora, como pode o produto levar o nome dessa personagem de Lobato sendo que quem está a todo tempo na cozinha é a Tia Nastácia? É curioso, tendo em vista que ela é conhecida pelas suas guloseimas, principalmente, o famoso bolinho de chuva.

De tal modo, a narrativa racista contida em **Reinações de Narizinho** reverbera na propaganda. Aqui, o capitalismo moderno opera o preconceito quando deixa de citar Tia Nastácia, mulher preta e empregada, para dar o protagonismo a Dona Benta, mulher branca, representada por Lobato como sábia e respeitável.

CAPÍTULO II: AS REINAÇÕES DE NARIZINHO: um mundo sem encanto

2.1. O racismo no Brasil e sua influência na literatura infanto-juvenil

Para Munanga (1998), a raça possui uma dimensão que ocorre de modo atemporal, semântico e especial. Prova disso é que, no latim medieval e antigo, esse conceito dizia respeito à linhagem e à descendência. Ou seja, um grupo que possuía um ancestral comum. Porém, no século XVII, esse termo começou a ser compreendido como classificação de grupos humanos fisicamente contrastados. Já no século XVIII, vinculou-se à questão das classes sociais, especialmente, na França.

No mesmo “século das luzes” ocorreu a contestação do monopólio do conhecimento e das explicações que foram concentradas no poder do clero e dos grandes príncipes. Com isso, eles deslocam o conceito de raças das Ciências Naturais e trazem a evidência baseada na transparência, na história cumulativa e linear, enfatizando a questão antiga da humanidade de raças diferentes (Munanga, 1998).

Essa definição, junto de uma sociedade de classes, generificada e racializada opera o modo de produção escravista desenvolvido ao longo dos séculos, aderido econômica, social, política, cultural, que influenciou no processo de subjetivação que se expressa, estruturalmente, na sociedade contemporânea, por meio da discriminação e subalternização do povo negro (Moura, 1988).

Há de se recobrar que o racismo, como uma constante antropológica, teve suas ramificações geradas por uma série de contextos pseudocientíficos que racializaram pessoas e grupos. Esses contextos influenciaram na política, nas relações sociais e, demonstrado ao logo destes escritos, na literatura, como um elemento de reforço às desigualdades, mesmo após a abolição da escravatura.

No início do século XIX, quando as ideais abolicionistas estavam ganhando, cada vez mais força, cresciam, também, ideologias supremacistas que julgavam que as “raças” eram entendidas como resultados, e que qualquer amálgama, a princípio, era visto como um erro. Assim, partia-se da premissa de enaltecer as supostas raças puras que entendiam a mistura racial como sinônimo de degeneração.

De igual modo, ocorre com os termos escravo, escravizado, escravocrata, escravista, sendo possíveis diferentes variações e insinuações semânticas ao termo. Isso porque, por meio do sufixo *ista*, o nominativo chamado escravista pode ser favorável à escravidão, no sentido de instituição e não agente ativo no momento da consecução daquela ordem, pois evidencia-se a

submissão violenta e a exploração do trabalho escravizado. Outro exemplo do que tratamos ocorre com as palavras negro, preto, escravo por trabalhador escravizado, por amo, senhor-de-escravos, uma vez que pode se estabelecer, de modo pleno, a conexão histórica, tanto anterior, quanto posterior do produtor e do seu explorador (Silva, 2013; Schwarcz, 1987).

Esses pressupostos marcaram o povo negro na História, criminalizando-os e deixando-os na miséria que, por mais que algumas políticas recentes tenham tentado reverter, persiste. O “branqueamento” da sociedade brasileira foi um projeto de Estado, de forma explícita ou implícita, pautado nas teorias raciais, principalmente, as ideias do darwinismo social: raças superiores e inferiores e as positivistas, que adotavam medidas diretas de clareamento da sociedade, pois, de acordo com Schwarcz (1996), atribuíam o atraso do país à população negra, como assim podemos compreender nas falas da personagem Emília direcionadas nas **Reinações de Narizinho**: “cara de Jacarepaguá cozinhada com morcego e misturada com farinha de bicho cabeludo” (Lobato, 1931; 2014, p. 241).

A fala da Emília demonstra a ideia de inferioridade, quase animalesca, dada à população negra ao afirmar que Tia Nastácia seria desprovida de conhecimento, supersticiosa (uma das características do eugenismo para com a ideologia citada) a inferioridade intelectual. Junto a isso, é importante lembrar que, contrariamente ao evolucionismo social, duas escolas deterministas acabaram se tornando bem influentes: “determinista geográfica” e um “determinismo de cunho racial”. Para Schwarcz (1993, p. 46), a primeira diz respeito a:

[...] a tese de que o desenvolvimento cultural de uma nação seria totalmente condicionado pelo meio. Para os autores dessa escola era suficiente a análise das condições físicas de cada país — ‘dá-me o clima e o solo que lhe direi de que nação se fala’ — para uma avaliação objetiva de seu ‘potencial de civilização’.

Enquanto, o determinismo de cunho racial apontava que:

[...] essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que ‘não se transmitiriam caracteres adquiridos’, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos, puros’ — e, portanto, não sujeitos a processos de miscigenação — e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social (Schwarcz, 1993, p. 46).

Dessa forma, a primeira concepção leva em consideração que o ser humano acaba sendo influenciado pelo meio e pela civilização, sendo entendida como uma realidade das raças.

Enquanto, na segunda hipótese, ocorre a compreensão de não se transmitir, por meio social, o caráter adquirido. Nesse caso, a divisão de raças, que ocorria nessas teses, acabava implicando em desigualdade e hierarquia de classes.

Para Moura (1983), quando se observa essa sociedade dividida em classes, compreende-se como a pessoa escravizada tornou-se em “coisa”, ficando, assim, sem nenhuma horizontalidade e, por isso, sua reumanização somente tornou-se possível por meio da rebeldia. Por outra vertente, o homem branco, o senhor, tratava-se de um indivíduo que não possuía dever, haja vista que não ansiava por modificações, no que diz respeito a nenhum dos níveis de sociedade. Sendo assim, o senhor branco era adaptado pelo sistema que era fechado, sendo um grande exemplo de ser humano alienado.

Dessa forma, as manifestações racistas, como também os estereótipos ou as ideologias raciais, constituem-se enquanto fenômenos capazes de exprimir situações que foram alicerçadas no passado escravocrata, que naturalizou o trabalho expropriado e criou novas formas para justificar as desigualdades entre os não negros e negros (Souza, Faria, Santiago, 2018).

Assim, por meio de uma compreensão histórico-sociológica, pode-se entender os dilemas da inserção do povo negro na ordem competitiva e capitalista, na qual se propôs que a situação de anomia social dos negros ocorria por conta do arcaísmo de estruturas sociais herdadas no processo de escravização. Na tal sociedade racializada do século XIX e início do século XX, segue a ascensão do proletariado, tendo como característica um elemento de “caça às bruxas”, pois a violência contra a mulher é algo tão antigo quanto o silêncio da sociedade que, como uma forma de tabu, oculta os danos causados em micro e macroescala, sujeitando as mulheres à reprodução da força do trabalho, ao mesmo tempo em que as desigualdades salariais e demais direitos iam se fortalecendo junto com as mudanças sociais (Saffioti, 2015).

Como resultado, tais divisões: raça, classe social e gênero, entre 1920 e 1930, os escritos de Lobato funcionaram para intensificar e ocultar a exploração da população afro-brasileira, principalmente das mulheres negras, sendo cada vez mais aprimoradas, questionadas e combatidas por parte da sociedade, entrecruzada e potencializada ao capitalismo que radicaliza e diminui as pessoas por sua etnia, condição social, gênero e classe (Kergoat, 2012).

As relações de gênero na sociedade de classes, porém, não surgem com ela, pois o patriarcado é anterior ao capitalismo. Sendo assim, a classe já cresce como um fenômeno gendrado, no qual se forma um nó, o chamado novelo patriarcado-racismo-capitalismo, entendido, historicamente, que

[...] não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão [...]. Não se trata de variáveis quantitativas, mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação das mulheres muito mais complexa (Saffioti, 2015, p.122-123).

Verifica-se, portanto, como as relações tornam-se consubstanciais, à medida em que, no que diz respeito ao nó formado, ele deve ser sequenciado ao nível das práticas sociais, levando em consideração uma perspectiva mais analítica da Sociologia, que nos aponta para as diferentes formas de opressões: racismo, sexismo, patriarcado etc. e, de igual modo coextensivas, uma vez que reproduzem e se coproduzem mutuamente (Kergoat, 2012).

Ainda pensando em classe, em todas as épocas e lugares, as mulheres que são vinculadas às classes encarregadas da produção de bens e dos serviços nunca foram alheias ao trabalho: seja no momento em que criaram a riqueza social e auxiliaram na subsistência de suas famílias, sendo no momento interior à revolução agrícola e industrial, seja em economias pré-capitalistas, em que a família existia como uma espécie de unidade de produção (Saffioti, 2013).

O capitalismo, o patriarcado e o racismo servem como uma maquinaria complexa capaz de subordinar as mulheres negras, desvalorizando seu trabalho. Esse é o traço do Brasil pós-abolicionista, governado pelo homem branco das classes dominantes, expresso por Lobato, o qual é reforçado na personagem Tia Nastácia, em **Reinações de Narizinho** (1931; 2014). Isso porque, a senhora negra trabalha na casa grande e é diminuída em seu modo de falar coloquial, sua raça, pelo fato de ser mulher preta, pela sua cultura e em tudo que empenha acaba sendo criticada.

Por isso, para autores como Fernandes (1965), as modificações do estatuto de escravo para homem livre, no momento do pós-abolição, não foram acompanhadas por uma definitiva inserção do negro. Por isso, identifica-se a persistência e a continuidade de relações sociais fundadas basicamente no período escravista (Fernandes, 1965). A inserção dos negros nessas novas conjunturas pós-abolicionistas, mais precisamente no século XX, apesar de ser sempre pontuada no cotidiano por conflitos que são intensos, também é constituída e mascarada por um discurso de equidade social. Resulta, dessa forma, em um engodo, capaz de atingir negros e não negros, por meio da chamada democracia racial (Souza; Faria; Santiago, 2018).

Realiza-se, então, um modelo capitalista, que por sua vez é compreendido pelo antagonismo de classes atravessado pelo sexismo e o racismo que se reflete nos modos de pensar em sociedade.

A Teoria Social apresentada permite perceber que a possibilidade de estabelecer valor e significado é sempre realizada numa operação relacional que simultaneamente

constrói brancos e negros de modos distintos na esfera social, sobretudo no que concerne à questão do direito e dos regimes de exploração da força de trabalho. Por esse motivo, é imperioso questionar a meritocracia enquanto perspectiva que alega igualdade de oportunidades entre todos os sujeitos sociais em uma sociedade fraturada pelo capitalismo (Almeida, 2019, p. 2).

Compreende-se, assim, como o racismo é capaz de se manifestar como um processo não somente político, mas também histórico, haja vista que cria condições sistemáticas e estruturais que “naturalizam” e invisibilizam os seus autores, sendo pessoas ou instituições. Ainda que as pessoas cometam atos que sejam de natureza racista, a chamada responsabilização jurídica não é suficiente, pois o racismo é camuflado por leis falhas e por um pacto da branquitude.

Como exemplo disso, ocorreram mudanças, como a promulgação da Lei nº 1.390 em 03 de julho de 195, conhecida como Lei Afonso Arinos (Brasil, 1951), que foi o primeiro código brasileiro a incluir práticas de preconceito racial e racismo como contravenção penal. Sua criação foi motivada por um caso de repercussão internacional, quando a bailarina americana Katherine Dunham, em visita ao País, não pôde se hospedar em um hotel em São Paulo por ser negra.

Mais tarde, em 1985, essa Lei foi alterada pela de nº 7.437 (Brasil, 1985) e, posteriormente, pela de nº 7.716, de 1989, a Lei do Caó (Brasil, 1989), que punia e criminalizava pelos mesmos motivos. Contudo, em 1997, a população negra estava insatisfeita, pois a legislação não estava sendo aplicada quando e como deveria. Não havia eficiência nas diretrizes e aplicações legais pelo Estado, o que mantinha a marginalização da população afrodescendente e banalizava os atos racistas. Atualmente, a criminalização do racismo depende de algumas variáveis, já que o crime pode se enquadrar em duas situações, a depender da atitude do agressor.

Neste estudo, há de se destacar o parecer CNE/CP/03/2004, responsável por estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação nas relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Porém, a caminhada, ainda, é bastante longa na busca se efetivar as condições de igualdade entre as pessoas (Brasil, 2004).

Um exemplo dessa trajetória de luta e reivindicação dos movimentos negros e seus aliados foi a promulgação da Lei nº 10.639/03, que determina a inclusão da temática história e cultura afro-brasileiras nos diferentes âmbitos educacionais (Brasil, 2003). É possível, então, apontar a influência que essa lei teve na literatura infanto-juvenil publicada no Brasil durante as duas últimas décadas.

Busca-se, então, efetivar uma educação que valorize as identidades afro-brasileiras, a incorporação nos currículos e nos materiais pedagógicos de componentes próprios das culturas

afro-brasileiras, bem como os processos históricos de resistência para se pensar as relações étnico-raciais na Educação. É preciso, dessa maneira, compreender a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça.

Aprendemos a ver os negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas. Aprendemos na cultura e na sociedade, a perceber as diferenças, a comparar, a classificar (Gomes, 2005, p. 49).

O silêncio diante do reconhecimento e da valorização da diversidade que vai “muito além da visão romântica do elogio à diferença ou da visão negativa que advoga que ao falarmos sobre a diversidade corremos o risco de discriminar os ditos diferentes” (Gomes, 2007, p. 19), torna-se um fator que evidencia o quão incompreendido, ou talvez, ignorado, tem sido este conceito para as políticas públicas educacionais. Neste sentido, a ideologia opera com o objetivo de criar uma política institucional de universalização dos modelos literários que devem fazer parte dos acervos das bibliotecas escolares e que atuam para perpetuar relações de dominação no que se refere ao trato com a diversidade brasileira.

Para Moura (1983), esses quatrocentos anos foram essenciais para o estabelecimento do chamado *ethos* dos *Brazis*. Isso porque, o pensamento eurocêntrico de superioridade branca acabou por infiltrar-se em todos os níveis da sociedade: nas formas estratificadas do trabalho, nas relações hierarquizadas entre as diferentes etnias e nas demais estruturas sociais, seja de forma explícita ou implícita.

Fica notório como a formação do Brasil passou por um processo de construção que seguia basicamente dois modelos: o primeiro de produção escravista colonial, no qual era subordinado a chamada economia colonialista; e o segundo como capitalismo dependente que, por sua vez, era subordinado pelo imperialismo, em que se supervaloriza o eurocentrismo que se definia desde a força dos colonizadores ao escravizar os povos, como também por intermédio da obrigação dos escravizados adotarem aspectos europeus, como a cultura e a religião (Fanon, 2008).

Quando se observa, então, o imperialismo e o colonialismo, percebe-se como esse processo desenvolveu-se por intermédio da subordinação estrutural aos modelos em que foram criados. E, embora o modo de produção escravista tenha sido uma realidade no Brasil até o século XIX, acabou deixando ideologias racistas nas relações de produção da sociedade brasileira (Fanon, 2008).

Portanto, compreende-se como essa herança escravista pode ser dinamizada e remanejada na sociedade brasileira, capitalista e dependente. Diante disso, pode ser possível compreender a máxima de Moura (1984), intelectual que defendia que a luta antirracista se trata da base objetiva da luta de classes no Brasil e, por isso, não deve nunca ser esquecida. Dessa forma, o combate ao racismo deve perpassar pelo enfrentamento à cultura de dominação, que se efetiva por meio do racismo estrutural.

Schwarcz (1987) esclarece que se pode discutir o conceito de raça que, dependendo da perspectiva, pode possuir mais de uma definição. Do ponto de vista etimológico, por exemplo, advém do italiano *razza*, mais precisamente do latim *ratio*, tendo por significado sorte, categoria ou espécie. Nas Ciências Naturais, essa definição funciona para classificar os animais e vegetais e foi, primeiramente, utilizado na Zoologia e na Botânica.

Já na época moderna, raça direciona-se ao sequenciamento do genoma humano, haja vista que se trata de um projeto que é capaz de catalisar os interesses da Biologia contemporânea. Sendo assim, para compreender a questão da raça, é importante entender o entrecruzamento da vertente biológica e social, as quais influenciam ideologias de perseguição e de exclusão de segmentos sociais (Schwarcz, 1996).

Isso ocorre, justamente, porque a raça não se sustenta em argumento biológico, mas trata-se de um marcador importante nos discursos sociais, juntamente com o pensamento eurocêntrico, sendo o mais contemplado na obra de Lobato, especificamente, porque o autor era eugenista, deixando claro nos seus escritos, a posição de cada personagem na sociedade, em um modelo de hierarquização e (des)humanização, através de apelidos, xingamentos ou expressões que deixassem claro o seu pensamento. Com isso, o pensamento eurocêntrico acaba sendo o mais valorizado e difundido, haja vista que outras culturas, especificamente aquelas marginalizadas, pouco são tratadas, e, infelizmente, menos ainda nos ambientes de produção de conhecimento.

De acordo com Gonçalves e Silva (2011), não se pode discutir o aspecto racial, sem se lembrar da questão do capital, uma vez que o capitalismo traz consigo antagonismos vários, por meio da alienação que permeia seu processo de existência. E isso se deve exatamente pela marca de opressão disposto pelo sistema e suas relações sociais, na qual a classe detentora dos meios de produção pode impor à classe subjugada a necessidade de apresentar sua força de trabalho para ser explorada.

Esse modelo de sociabilidade, portanto, impõe a opressão de determinadas pessoas por outras e produz um regime alienador que captura, além do corpo, a subjetividade. Isso é, os que

não são donos dos meios de produção, sequer podem ganhar a vida somente se empregando por salários (Saffioti, 2013). Vê-se que o trabalhador, que em sua maior parcela é negro, embora não se venda ao capitalismo, pois, isso faria dele um escravo, mas vende a sua capacidade de força do trabalho.

Nesse contexto, as pessoas que vivem da sua força de trabalho como único modo de sobrevivência acabam trocando sua única mercadoria com os grandes senhores, agora, substituídos pelos empresários. O que significa que ainda ocorre na sociedade essa relação alheia à humanidade que é a reificação, conforme discutido por Marx, no século XIX (Gonçalves; Silva, 2011).

Ao se pensar, por exemplo, no período da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, é possível se lembrar do antissemitismo, cujo nome se dá devido ao regime nazista que foi coordenado pelo alemão Adolf Hitler, no qual justificou e legitimou o genocídio de cerca de 7 milhões de pessoas que tinham origem judaica e, possivelmente, 300 mil ciganos, especialmente, entre 1940 e 1945.

Outro exemplo importante desse período da Modernidade se figura por meio da história de Nelson Mandela, que passou por 27 anos de sua vida em cárcere, haja vista que desafiou o chamado *Apartheid*, regime de segregação racial implementado na África do Sul, mais precisamente no ano de 1948 (Munanga, 2002). Semelhantemente, ocorreram atos de discriminação racial nos Estados Unidos da América, mas, especialmente, no sul do país, onde existiu um regime de grande segregação como o da África de Mandela, que representou um processo de retrocesso, ainda na época moderna. De igual modo ocorria no Brasil, onde, infelizmente, a maioria dos negros libertos ainda viviam em condições análogas à escravidão, embora tivessem sido libertos (Hooks, 2019).

Conforme Saffioti (2013), o Brasil do século XXI, traz traços que advém do colonialismo, no que tange sua formação socioeconômica, visto que o ideal conservador, apenas, se constitui como um fenômeno também localizado na história da sociedade do capital, que se manifesta em duas vertentes principais.

A primeira trata-se da invisibilidade das necessidades do outro, que deve subjugar suas diferenças aos costumes e interesses hegemônicos, uma vez que a desigualdade seria natural e necessária. Enquanto, a segunda aponta que há uma forte resistência à mudança que, de alguma forma, representem grandes ameaças às instituições, como também às tradições e à ordem capitalista (Saffioti, 2013).

Quanto ao regime de trabalho escravo, é essencial lembrar de sua natureza, que é ao mesmo tempo moderna, uma vez que o escravo não é constituído, apenas, como uma mercadoria capaz de mobilizar os grandes capitais comerciais, mas também se transformava num capital fixo, por intermédio da produção de força vinculada ao atendimento dos interesses de acumulação capitalista, com isso gerando mais valor (Saffioti, 2013).

É também importante entender a condição de extermínio dos povos originários, desde o início da exploração, sua ligação dialética com a história da subjugação em outros países que também foram colonizados na América latina e, assim, analisar o caso marcante dos negros e das negras que foram retirados dos seus territórios, a fim de serem vendidos como mercadoria pela burguesia que era crescente, hostil e aproveitava-se das condições escravocratas.

Ademais, é necessário ressaltar os aspectos das classes sociais enquanto indissociáveis das questões de gênero na sociedade. Isso porque, ocorre que as mulheres, especialmente as negras, sofrem um tipo de discriminação múltipla, que perpassa não somente a fatores étnicos, mas também de conceptualização e de identificação (Davis, 2013).

As mulheres afro-americanas, por exemplo, enfrentam um tipo de racismo que é institucionalizado, seja nas diferenças de classe social, que por sua vez influenciam os padrões de racismo, no que tange sua educação, emprego e habitação (Baptista, 2013; Davis, 2013). À vista disso, analisar a perspectiva polifônica na obra de Lobato, vê-se que nas falas das personagens há uma relação autor-personagem bem complexa e profunda, uma vez que é percebida, na estrutura das falas, um intenso diálogo entre as vozes que representam diversas instituições para produzirem seus discursos, manifestando seus pontos de vistas e suas consciências que ecoam até hoje. Sua obra possui discursos implícitos e explícitos da construção ideológica do Brasil pós-abolição, mas que trazem, fortemente, as ideologias subjacentes que estão presentes no cotidiano através da linguagem expressa e manifestada nas relações sociais.

Schwarcz (1993), aponta que no final do século XIX existia esse debate no Brasil acerca da eugenia e da democracia racial, que defendiam a ideia de superioridade de brancos em relação aos negros, por conta de condições biológicas e científicas. Prova disso foram as diversas pesquisas para ratificar e menosprezar a população negra. Contudo, no período de pós-abolição formal começou a se construir um discurso de que o Brasil deveria ser para todos e racialmente democrático, sendo que as pessoas, independentemente de sua cor, precisariam ter acesso às leis e às instituições formais.

Destarte, entender a importância da racialização e do gênero consubstanciados na nossa sociedade e na literatura supracitada, pode-se pensar na mobilização do racismo e como ele direciona privilégios e exclusões a partir da cor da pele. Portanto, compreender como o negro, em seu sentido social (escravizado e inferior) foi instituído e nacionalizado, também é papel da Literatura, especialmente aquela construída em um período quando os resquícios escravocratas estavam mais perceptíveis, como os anos 30, década na qual Lobato materializou as suas ideias e o pensamento social da época.

2.2. Monteiro Lobato fala sobre si nas *Reinações de Narizinho*

Lobato, em seu percurso literário, forma-se escritor, iria compreender que a sua aptidão na escrita seria destinada ao público infanto-juvenil. Em suas cartas, relatos e expressões literárias, ele fomenta o desejo pela mudança, como aponta Cavalheiro (1955), ao relatar que só em 1926, confessa andar com ideias de entrar definitivamente pelo caminho da literatura infantil. De escrever para marmanjos já enjoei (Cavalheiro, 1955, p. 574). Ele traz à memória que

Reinações de Narizinho nasce um livro original, único, o volume básico em torno do qual girarão todos os outros que a partir de 1931 se põe a escrever, não mais com a mesma despreocupada pureza. Tornou-se o mais lindo dos escritores infantis de língua portuguesa e espanhola (*ibid.*, p. 576).

Lobato, em sua obra apresenta os diferentes momentos da sua vida. O Brasil passava por uma transformação institucional e os sentidos de identidade provenientes do contexto imperial eram cada vez mais questionados, por vezes rechaçados como símbolos do atraso. Na República, uma nova identidade deveria ser erigida e os homens de letras entendiam-se como responsáveis por esse processo. Emília não representa a síntese dos personagens infantis de Monteiro Lobato. Constitui caso à parte. Pode dizer-se que ela é o seu próprio pensamento (*ibid.*, p. 586).

Emília seria, portanto, a exteriorização dos seus pensamentos. “Todo mundo tem uma Emília em si” – a confissão é do próprio autor. Uma válvula. Assim, Cavalheiro (1955) nos apresenta o pensamento de Lobato, seu contemporâneo, mostrando como é difícil encontrar o coração de Monteiro Lobato, homem fechado às expressões pessoais. É difícil, portanto, decidir se Emília tem ou não coração. Emília, mais que um ser humano, é uma ideia, um

pensamento. É o Lobato criança. Mas é, também, o Lobato adulto. Nela, mais do que qualquer personagem se encontra o autor (Cavalheiro, 1955, p. 585).

Lobato foi o primeiro a fundar editoras em território nacional, entre elas, a mais famosa e conhecida “Monteiro Lobato & Cia”, na qual ele passou a editar e publicar diversas obras, sendo o livro “A menina do narizinho arrebitado” (1920), modelo de obra e pioneira desse novo mercado e, logo depois, o “Sítio do Pica Pau Amarelo”, que acabou sendo unificado com outros textos, transformando-se em **Reinações de Narizinho**, publicado em 1931 (Lajolo; Schwarcz; 2019; Gomes, 2005).

Lobato acompanhou os principais acontecimentos da primeira metade do século XX brasileiro. Ele nasceu em Taubaté/SP, no dia 18 de abril de 1882 e é em sua homenagem que comemoramos, no Brasil, nessa data, o Dia do Livro. Em sua obra, se misturam entre o real e o fantástico e não apresentam aquele cunho fechado e único, transfere para o pequeno leitor a fantasia e a criatividade; tudo de uma forma natural, possível e o mais próximo possível da realidade dos pequenos brasileiros. Lobato era um homem polêmico, pois, em sua época, defendia-se com ardor a identidade nacional, indo de encontro, inclusive, à Semana de Arte Moderna, de 1922, na qual, segundo ele, trazia influências da Europa e desvalorizava o que o Brasil tinha de original. Zilbermam (1981, p. 48) fomenta que:

O papel exercido por Monteiro Lobato no quadro da literatura infantil nacional tem sido seguidamente reiterado, e com justiça. É com este autor que se rompe (ou melhor, começa a ser rompido) o círculo da dependência aos padrões literários provindos da Europa, principalmente no que diz respeito ao aproveitamento da tradição folclórica. Valorizando a ambientação local predominante na época, ou seja, a pequena propriedade rural, constrói Monteiro Lobato uma realidade ficcional o que ocorre pela invenção do Sítio do Pica Pau Amarelo.

Em 1920, ocorreu a publicação de “A menina do nariz arrebitado”, sendo o primeiro livro infantil do Brasil, lançado no mês de dezembro como fenômeno editorial. Surgiram as personagens Narizinho, Dona Benta, Emília, Tia Nastácia, que foram, posteriormente, utilizadas, também, em **Reinações de Narizinho**, que foi publicada em 1931 e com nova edição em 1933, como “Novas Reinações de Narizinho”. Quanto à circulação e recepção da obra em questão, ela acabou percorrendo uma progressão mundial, especialmente, porque Lobato foi morar em Nova York, tendo, então, um público, majoritariamente, de elite branca, que tinha acesso à leitura (Lima, 2005).

Nesse contexto, como já apontado, o povo negro é sempre ilustrado na linguagem verbal e não-verbal, comum em obras literárias, como pessoas sujas, como pessoas escravizadas e

empregadas domésticas, como no caso de Tia Nastácia. Pode-se entender, assim, como a presença do racismo no Brasil advém de longas datas, no que diz respeito ao desenvolvimento histórico do projeto de nação. **Reinações de Narizinho** (1931;2014) reproduz o ideário de uma sociedade misógina, racista à brasileira, sendo fundamental repensar como levar as obras de Lobato para os locais de ensino e toda sociedade, sob a perspectiva da consciência de classe, do combate ao racismo, da educação pensada para a diversidade étnico-racial.

Dentre as principais personagens que aparecem no decorrer das aventuras estão Narizinho, Pedrinho, Emília, Dona Benta, Tia Nastácia, Visconde de Sabugosa, entre outros. Pode-se observar, portanto, que os principais personagens possuíam características bastante diferentes e peculiaridades entre si, como observados nos próximos parágrafos.

A primeira a ser apresentada é Lúcia, mais conhecida como Narizinho, que possuía esse apelido face às características de pessoas brancas, sendo na maioria das vezes, uma menina bastante inteligente, meiga e gentil. Seus pais não aparecem no enredo, contudo, sabe-se que esta foi criada por sua avó, Dona Benta, com auxílio da cozinheira: Nastácia.

Suas ações sempre foram resultado de muitas reflexões sobre a vida e sobre o mundo, e sua fala é apresentada no texto como bastante rebuscada e sempre obedecendo as boas maneiras na hora de se vestir, que toda menina branca da época deveria seguir. Contudo, de certa forma, desafia as convenções sociais, haja vista que caminha entre os dois meios. Exemplo disso é que, quando ocorre o casamento de mentira da boneca Emília e que ela precisa decidir se quer se casar realmente ou não, Narizinho pontua sua autonomia, que as meninas e as mulheres devem decidir sobre suas escolhas, um costume não comum para o período (Lobato, 1931; 2014).

Pedrinho era o nome de um personagem de um menino que é primo de Narizinho e que gostava de brincar bastante pela casa, comer a comida feita por Tia Nastácia e passear pelo bosque com Narizinho. Andava sempre brincando com uma pedra e arco e flecha, bem como costumava caçar, atividade na qual Lobato, mais tarde, iria escrever um livro. Esse personagem não ficou isento de reforçar o racismo sobre Tia Nastácia. O fez e colaborou com a inserção de estereótipos do tipo seguidamente.

Enquanto isso, o Visconde de Sabugosa, era um sabugo de milho que vivia na biblioteca e por tanto estudar, possuía bastante conhecimento sobre todas as temáticas, sendo conhecido como uma espécie de biblioteca ambulante, por isso, as crianças gostavam sempre de estar em sua companhia para conhecerem um pouco mais de seu saber científico e de suas palavras rebuscadas, sendo nele, idealizada a nobreza e os títulos aristocráticos por Lobato.

A personagem Dona Benta apresenta-se como a proprietária do Sítio do Pica Pau Amarelo, sendo uma mulher branca, marcada pela superioridade de um Brasil que é rural e de soberania masculina. Ela era responsável pela educação dos netos, sendo conhecedora das letras, bastante culta e procurava entender sobre assuntos diversos como a política e as ciências. Ela, em muitos momentos, recebia livros novos e os lia para seus netos. Era uma senhora que gostava de novidade, era a favor da modernidade e fazia questão de que seus netos aprendessem os diversos saberes.

Tia Nastácia, nos momentos em que foi mencionada na obra, estava, majoritariamente, na cozinha, sendo uma ótima cozinheira. Enquanto Dona Benta representava a cultura erudita da época, Nastácia é representada utilizando-se da linguagem oral dos povos de menor poder aquisitivo.

Logo, sabe-se que a utilização das taxonomias biológicas, a fim de classificar as pessoas em raças superiores ou inferiores, funcionava para diminuir o negro como ser social, ao mesmo tempo em que buscava enaltecer os brancos, sendo mais fortalecidas com a escravidão no Brasil, justamente porque os negros não tinham liberdade e eram uma propriedade dos seus senhores, como submissos e subservientes, sendo a cor da pele o indicador de inferioridade, como é apresentado neste trecho da obra:

Narizinho achou conveniente fazer a apresentação de ambas por haver ali muita gente que as desconhecia. Trepou a uma cadeira e disse:

– Respeitável público, tenho a honra de apresentar vovó, Dona Benta de Oliveira, sobrinha do famoso cônego Agapito Encerrabodes de Oliveira, que já morreu. Também apresento a princesa Anastácia. Não reparem ser preta. É preta só por fora, e não de nascença. Foi uma fada que um dia a pretejou, condenando-a a ficar assim até que encontre um certo anel na barriga de um certo peixe. Então o encanto se quebrará e ela virará uma linda princesa loura (Lobato, 2014, p. 195)

Com efeito, essas marcas de inferioridade construídas de modo histórico fizeram com que essas personagens se tornassem invisíveis nos livros de história e da literatura brasileira, bem como era também para sociedade (Gouvêa, 2005).

Outro ponto interessante, na época da escrita de Lobato, foi em decorrência da ausência de um público leitor que se interessasse por informação direcionada ao cotidiano dos negros, uma vez que maior parte dos afrodescendentes pós-abolicionismo não eram letrados e, portanto, não possuíam poder aquisitivo para comprar livros. Já, as pessoas brancas estariam ao lado dos opressores e, com isso, não deveriam dar atenção aos povos oprimidos (Castilho, 2004). Isso é, além de serem considerados inferiores, em decorrência de não possuírem recursos quanto ao acesso à arte literária, o povo preto acabou por ser excluído dos livros.

Somente após o início do Modernismo, em 1922, quando apareciam personagens negros, como é o caso de **Reinações de Narizinho**, em sua primeira edição em 1931, as personagens negras como Tia Nastácia tornaram-se mais frequentes, contudo, descritos de uma forma a indicar sua suposta integração racial e de modo hierarquicamente definido. O Modernismo brasileiro constitui um amplo e bastante complexo movimento, que tem seus primeiros sinais nos anos de 1912 e 1917, atingindo seu marco fundamental em 1922, com a chamada Semana de Arte Moderna, realizada nos dias 15, 17 e 19 de fevereiro, em São Paulo.

Foi uma tendência artístico-cultural ocorrida na primeira metade do século XX e manifestou em diversos campos das artes, como pintura, escultura, arquitetura, literatura, dança e música. No Brasil, a linguagem de maior destaque no movimento modernista foi a literária e, assim como as demais, tinha como objetivo questionar e romper com tradições. (Abramchuk, 2019). Tornou-se comum a utilização das narrativas para explicitarem os acontecimentos do dia a dia. Contudo, com representações e estereótipos, caracterização e nomes superficiais, os quais reforçavam sua raça, como: pretinha, preto, negrinha, negrinho (Gouvêa, 2005).

Em **Reinações de Narizinho**, Tia Nastácia tinha a representação estereotipada dos livros infantis dessa mesma época, quando se pensava nas personagens velhos e velhas negras. Um exemplo disso é a apresentação da personagem como coadjuvante e sempre na posição de empregada, o que remete o leitor ao passado escravocrata. Ela apresenta nas histórias contadas por ela, com narrativas de valor afetivo, verbalizadas por pretas velhas, como pessoas ingênuas, sendo sempre direcionados apenas ao folclore local: um tipo de abordagem dada pela branquitude sobre os conhecimentos e epistemologias negro-africanas, assim, diminuindo-os.

Pensando no contexto modernista, Nastácia torna-se uma figura que apenas representava esse aspecto progressista, mas o seu lugar de fala foi mantido na opressão, invisibilidade e desumanidade. É como se a “ignorância” de Nastácia impedisse a construção de um Brasil mais moderno. Nesse aspecto, parece que os conhecimentos da mulher negra eram satirizados, inferiores e tolos: “tia Nastácia com muito custo, porque tinha a vista fraca pode afinal descobrir o ferrãozinho e arrancá-lo” (Lobato, 2014, p. 16).

Essa inteligência também era questionada. Sua aparência física sendo apontada com sujeira de suas vestes e ausência de traços finos nas ilustrações das obras, onde era diferente de Dona Benta, a matriarca, representante do saber do homem branco, erudito. Dessa forma, os velhos e velhas negros eram “perigosos”, “mendigos”, desvalorizados, sendo um reflexo pleno da sociedade urbana, pós-abolicionismo, onde negros tiveram que permanecer trabalhando

como agregados para seus ex-senhores. Nota-se como o racismo era de fato impregnado contra Nastácia, sendo uma personagem voltada à prática, à técnica do seu dia a dia e pouco da ciência:

Tia Nastácia, que é do pano com que você enxugou a mesa ontem? - Está no varal, secando, sinhá. — Bem. Pode ir. **A negra retirou-se com um resmungo e Dona Benta prosseguiu: — Vê como sabe coisas e como aplica as ciências?** Sabe que se deixasse o pano amontoado num canto, ele emboloraria. Sabe que para não estragar o pano tem que mantê-lo seco. Sabe que para secá-lo tem de estendê-lo no varal, ao sol ou ao vento. Mas faz tudo isso sem conhecer as razões teóricas do emboloramento e da evaporação - coisas que vocês também não sabem, porque ainda não abriram nenhum compêndio de física (Lobato, 2014, p. 8, grifos nossos).

Sendo assim, a personagem Tia Nastácia era reduzida a não letrada, enquanto sua dona branca era detentora das ciências e do conhecimento geral. A personagem **Emília**, ou ainda a boneca de pano falante, foi costurada por Tia Nastácia para ser uma fiel companheira de Narizinho, uma vez que a boneca acabou ganhando vida própria, logo após ingerir uma pílula falante do inteligente Doutor Caramujo. Depois desse instante, a boneca não parou mais de falar, sendo uma das personagens mais irônicas e que mais coloca Tia Nastácia em situações constrangedoras e racistas, como fica claro do trecho abaixo:

Quando Tia Nastácia entrou na sala com a bandeja de café, seus olhos se arregalaram de espanto. (...)
 — Quem é ela? – perguntou Branca de Neve ao ouvido da boneca enquanto a negra servia o café.
 — Pois não sabe? – respondeu Emília com carinha de malandra.
 — Nastácia é uma princesa núbia que certa fada virou em cozinheira. Quando aparecer um certo anel, que está na barriga dum certo peixe, virará princesa outra vez. (Lobato, 2014, p. 153).

Dessa forma, o universo do Sítio do Pica Pau possui uma existência popular de um século, no qual possibilita que não apenas os leitores, mas que toda sociedade geral reflita acerca de questões sociais importantes, como a política e a escravização das pessoas negras. O texto apresenta e deixa evidente como a linguagem trata-se de um instrumento necessário ao entendimento das relações sociais que ocorrem de modos desiguais – sendo um produto da ideologia racista, na qual se estruturou a sociedade brasileira, baseando-se na escravização.

Com efeito, na obra **Reinações de Narizinho**, escondia-se as representações da negritude, através das caracterizações generalistas, sendo as relações de humilhação e da exclusão socialmente inseridas e habituais na literatura infantil como a de Lobato. Esse tipo de impressão negativa das personagens pretas continuou a persistir na literatura infanto-juvenil, com isso deixou gerações de crianças negras carentes de uma literatura que as representasse de

modo positivo. “O menino marrom”, de Ziraldo (1986) é exemplo de texto que, embora demonstre uma amizade entre crianças negras e branca, colabora com o preconceito, seja em sua ilustração e seus trechos como “[...] o menino cor-de-rosa resolveu perguntar: por que você vem todo o dia ver a velhinha atravessar a rua? E o menino marrom respondeu: ‘Eu quero ver ela ser atropelada’” (Ziraldo, 1986, p. 24).

Pensando na obra **Reinações de Narizinho**, quando se analisa a personagem Tia Nastácia, uma mulher negra, idosa, com falas coloquiais pois não foi alfabetizada, e que trabalha de forma servil, observa-se um imbricamento entre racismo, patriarcado e o capitalismo. A relação de serviço, constituída da ideologia, acaba pesando nas mulheres e expressam uma relação de dominação: relações entre grupos de sexo. Ou seja, um dos impeditivos quanto à formação da consciência de classe é, também, a entrada numa luta coletiva contrária a todas as formas de dominação e de exploração. Assim, Kergoat (2018, p. 7) defende que esse tipo de relações sociais, que envolvem classe, gênero, etnia, é explicado para

[...] compreender as conexões entre elas não mais como relações hierárquicas de sobredeterminação, mas como ligações recíprocas de coconstrução. As relações sociais se reorganizam e se recompõem mutuamente. Da mesma forma, os conflitos do trabalho não podem ficar restritos a um modo de produção principal, seja ele o capital, o racismo, a relação colonial ou o patriarcado.

Como no caso de Tia Nastácia, essas relações de trabalho acabam sendo sempre classistas, racializadas, geneotipadas. Prova disso, são as frases dos enunciados racistas encontrados em **Reinações de Narizinho**, em que a senhora negra é tida apenas como objeto de sujeição na casa grande. Essa relação de subalternidade é verificada em **Reinações de Narizinho** em diversos momentos, especialmente, por meio das expressões racistas como “A negra pendurou o beijo” (Lobato, 2014, p. 26), “tia Nastácia, negra de estimação que carregou Lúcia em pequena; com a beijação inteira” (*ibid.*, p. 19), “A negra abriu a maior boca do mundo; a boca negra” (*ibid.*, p. 36); “[...] tia Nastácia, com olhos de retrós preto e sobrancelhas tão lá em cima que é ver uma bruxa; uma negra beijação” (*ibid.*, p. 3) Trechos esses que são encontrados no livro e que fazem no corpus para análise nesta dissertação. Diante disso, Almeida (2018, p. 15), verifica que o racismo estrutural, que pode ser definido como:

O racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. De tal sorte, todas as outras classificações são apenas modos parciais – e, portanto, incompletos – de conceber o racismo. Em suma, procuramos demonstrar neste livro que as expressões do racismo no cotidiano, seja

nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade.

Tal contexto se apresenta, em nossa interpretação, de uma consistente análise sobre as subjetividades envolvidas, por Lobato, sobre a experiência literária de criação de personagens que expressam a sociedade da época, mas que tem a capacidade de influenciar o contexto social de hoje. Indubitavelmente, nas relações interpessoais entre negros e brancos, transparecem ideologias dominantes ou a desconstrução de estereótipos, a depender do grupo étnico no qual circundam as relações de pertencimento.

Ademais, levando em consideração as obras literárias no geral, é importante observar que elas não significam unicamente o que está disposto nas linguagens verbais, mas também na linguagem não verbal, cujo papel das ilustrações evidenciam esses episódios de racismo, em desfavorecimento à cozinheira, haja vista que as personagens negras são pouco apresentadas em desenhos e ainda quando surgem, aparecem “apenas como escravos” (Lima, 2005). Ao pensar no Sítio do Pica Pau Amarelo, Lajolo e Zilberman (2007, p. 54) apontam que:

[...] o sítio não é apenas o cenário onde a ação pode transcorrer. Ele representa igualmente uma concepção a respeito do mundo e da sociedade, bem como uma tomada de posição a propósito da criação de obras para a infância. Nessa medida, está corporificado no sítio um projeto estético envolvendo a literatura infantil e uma aspiração política envolvendo o Brasil — e não apenas a reprodução da sociedade rural brasileira.

Dessa forma, o que se infere é que, embora Lobato tenha um lugar único no que tange às contribuições para o campo da literatura infantil do Brasil, ele também reforça estigmas racistas que precisam ser repensados. Lobato foca em aspectos interessantes como o folclore, o petróleo, o ruralismo, bem como nas representações de mundo, de um modo geral, do avanço tecnológico e de outros, mas associa o negro ao atraso que precisa ser superado. Porém, o que se percebe, ainda, é que como o Brasil foi construído com bases sólidas na escravidão, combatê-la, ainda na modernidade, é algo bastante complexo porque o racismo e o preconceito racial estão no cotidiano, porém se diferem:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. Embora haja relação entre os conceitos, o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias. Considerar negros violentos e inconfiáveis, judeus avaros ou

orientais 'naturalmente' preparados para as ciências exatas são exemplos de preconceitos. A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. Assim, a discriminação pode ser direta ou indireta (Almeida, 2018, p. 23).

Direta, quando é explícita, compreensível pelo mais simples leitor, principalmente, se ele for negro e tiver consciência de si mesmo e da sociedade que o circunda. Indireta, como ocorre na maioria das vezes, quando é implícita, sutil, se utiliza da violência simbólica e do humor para camuflar as diferenciações. À vista disso, entende-se que, historicamente, os negros sofreram com práticas institucionalizadas e discursos racistas, o que vem se refletindo nas relações desiguais entre negros e brancos até os dias atuais.

Para Zilberman (2005), a literatura infantil deve ser conduzida no crivo de uma dimensão ética, haja vista que é necessário que as questões sociais e temas específicos como o racismo institucional, a fome em decorrência da pobreza, como medos que estão nos imaginários das crianças, como a morte enquanto um mistério da vida, do abandono dos diferentes preconceitos existentes na modernidade, seja abordado criteriosamente. Ou seja, é preciso uma formação que trabalhe, crítica e culturalmente, com a realidade desconstruindo estereótipos, trazendo reflexões e ações sobre essas mesmas reflexões.

Diante disso, entende-se como a Tia Nastácia trata-se de uma importante representação da mulher negra subalternizada. Sendo assim, esse tipo de análise pode funcionar como mais uma alternativa de diminuir estereótipos raciais e generificados, especialmente, a uma literatura destinada às crianças em processo de formação intelectual e social. Se faz necessário, então, temas como a localização e a protagonização de Nastácia, no texto, como uma pessoa negra que vive na varanda e na cozinha, demonstra como as mulheres negras, quando são mencionadas, tão somente destinam-se ao confinamento dos afazeres domésticos ou são representados por sua desqualificação social.

A representação do negro, em Lobato, não possui soluções muito diferentes, haja vista que está sempre vinculada à depreciação, especialmente, por conta de personagens irônicos como a boneca de pano. Dessa forma, Tia Nastácia representa as mulheres negras latino-americanas, representa uma cultura de tradição oral, tendo sempre uma condição de desigualdade tão somente por estar próximo das outras personagens.

CAPÍTULO III: TIA NASTÁCIA: mãe preta e doméstica na casa dos brancos

O processo de descolonização, diante de todos os elementos estruturais presentes na sociedade brasileira, necessita, sem dúvidas, e avançar no sentido da desconstrução dos papéis dados e tomados como destino para algumas pessoas e grupos historicamente marginalizados. Para as mulheres negras, ser mãe preta, mucama e empregada doméstica ainda é uma condição não superada, que nasceu de um violento processo de subalternização e perpetua-se no século XXI.

O racismo contra essas mulheres expressa-se no cotidiano de distintas formas e encontra voz na literatura. Na arte lobatiana, em específico na obra **Reinações de Narizinho**, o discurso racializador mostra sua potência nas tensões raciais, de diferenciação e outridade (Fanon, 2008; Bhabha, 2007), enquanto processos vivos e entrecruzados, estruturalmente, no modo de produção capitalista.

Há de se esclarecer, antes de tudo, que, mesmo que haja uma construção dialógica e por vezes racializada na sociedade brasileira, não se está dizendo, no entanto, que todas as falas seriam necessariamente racistas, mas, sim, que os discursos que são construídos pelos grupos de *status quo* apresentam a possibilidade de o serem em virtude das especificidades estruturais de nossa formação social e das condições de produção que daí se originam: o trabalho escravo e a subalternidade pela cor, mesmo que o discurso em análise não especifique raça.

Ao indagarmos sobre os possíveis estereótipos racistas na obra já citada, o aparato teórico-metodológico permite olhar para a formulação onde as falas e as ações dos personagens silenciam ou dissimulam os efeitos do racismo/da racialização. No caso, os adjetivos utilizados pela Emília, ora por Narizinho e outros personagens, silenciam outros modos de nomeação e humanização de Tia Nastácia, ao mesmo tempo em que deixam, implicitamente, os efeitos da consubstancialidade de raça, gênero e classe social.

Nessa consubstancialidade e na compreensão das desigualdades na divisão sócio racial do trabalho, podem causar um estranhamento do leitor ou o seu despertar quanto às questões raciais no Brasil, pois, a projeção imaginária e naturalizada que fazemos de Tia Nastácia é a mesma que fazemos das secretárias do lar (antes chamadas de trabalhadoras domésticas e outras nomenclaturas), catadoras, garis, coletoras de lixo, agentes de reciclagem, funcionárias de limpeza e serviços gerais, estabelece pela memória o lugar de corpos negros. “É um trabalho (de) negro” (Gonzalez, 1983; Cestari, 2015), e que, indubitavelmente, carrega estereótipos racistas e de inferiorização.

Devemo-nos atentar, também, ao julgamento normativo que Lobato faz às falas de Tia Nastácia. Observamos que há uma crítica à linguagem não culta, procurando rebaixá-la como um elemento incivilizado. Contudo, o que está presente nesta construção que reflete o passado escravocrata e o pós-abolição é a originalidade de povos africanos que, no processo de subjetivação, a sua língua materna, desvalorizada e ocultada, se entrecruzou com os demais idiomas, a começar pelo português.

Gonzalez (2020), ao discutir sobre a identidade cultural brasileira, nos mostrou que por diversas vezes chamava a atenção do leitor ao ressignificar termos usualmente carregados de um valor semântico pejorativo. A linguagem é mais uma maneira de dominação. Homens e mulheres escravizados, vindos de diversas regiões de África, foram forçados a descartar o seu idioma e a aprender o idioma do colonizador.

Houve uma tentativa de apagamento linguístico e um ataque e ridicularização de quem troca o L pelo R, por exemplo, ao argumento de que é ignorante e não sabe falar português direito demonstra que, aquele que ataca desconhece toda a contribuição africana para a construção de nossa língua. Portanto, O pretuguês¹⁶ reforça a beleza da fala cotidiana das pessoas simples, como Nastácia. E não parte do nada. Não parte apenas de uma alteração do termo. Trata-se de uma alteração que tem referenciais e “foram mecanismos de resistência. Uma forma de resistência é por meio da linguagem, do idioma” (Gonzalez, 2020, p. 80).

Cabe, então, aqui explicar:

O **pretuguês** é, portanto, nada mais que o **vernáculo afrobrasileiro** (*sic*), e que se define, de um ponto de vista estrutural, por conservar em sua gramática algumas particularidades dos sistemas linguísticos africanos. A um nível morfossintático podemos observar: variação de número no sintagma nominal — morfema de plural /-s/ não incidente nos nomes e desconhecida das línguas africanas; variação de número no sintagma verbal; certo grau de instabilidade de gênero gramatical; formas específicas de realização de sujeito nulo; dupla negação; preferência pela próclise. A um nível fonológico podemos destacar: iotonização da palatal /k/, estranha às línguas oeste-africanas; alternância da lateral /l/ com /r, n, t/, comuns ao quicongo e quimbundo; primazia das vogais. E, ainda, ao nível lexical: aportes; decalques; e híbridos (Melo; Mira, 2001, p. 1399, grifos nossos)

É entendido, portanto, que o idioma destacado se constrói no meio social através da junção das características linguísticas do português e das línguas africanas, as quais foram trazidas pelos, então, escravizados e que foram sufocadas, ao longo do tempo, pelo colonizador europeu. O processo de sufocamento se deu em meio à discriminação que levam em conta classe, raça e gênero.

¹⁶ Neologismo formado por meio de um processo de composição por aglutinação entre as palavras preto e português.

3.1. A consubstancialidade de classe, raça e gênero

Os conceitos de consubstancialidade e coextensividade tornam-se basilares para entender de forma não mecânica as chamadas práticas sociais, tanto de homens e das mulheres, frente às questões de divisões sociais de trabalho em sua tripla dimensão de classe, de gênero e origem (Delphy, 1993). Em uma entrevista adicionada em seu livro “Lutar, dizem elas”, Kergoat explica os conceitos consubstancialidade no lugar de interseccionalidade:

Maira Abreu - Você propõe a noção de ‘consubstancialidade’ no lugar de ‘interseccionalidade’. Por quê? Danièle Kergoat - Não houve uma ‘escolha’. Comecei a falar de consubstancialidade e coextensividade em 1978, bem antes do aparecimento do termo interseccionalidade. E se falei nisso, foi por ter sido de certa maneira obrigada: minha situação de dupla opressão (de classe, de sexo) me impedia de apontar um ‘inimigo principal’. Sob pena de dissociação, tinha de pensar as coisas conjunta e simultaneamente. Então, por que a ‘consubstancialidade’? Porque é a única imagem que encontrei para dar conta de algo que filosoficamente é facilmente entendido, mas que sociologicamente é difícil: a ideia de que as coisas podem ser ao mesmo tempo iguais e diferentes (Kergoat, 2018, p. 7).

Desse modo, não basta tão somente compreender a sociedade em termos das relações sociais, mas é necessário conceituar tais relações de classe, gênero, etnia/raça e outras. Assim, identificamos que existem três relações fundamentais que se correlacionam, sendo não passíveis de hierarquização, conforme os nossos destaques:

Essa não hierarquização das relações de poder de **gênero**, de **raça** e de **classe social** é uma tese de consequências políticas importantes [...] não se pode hierarquizar essas relações sociais; para mim, não há nem frente principal nem inimigo principal. Uma relação social não pode ser um pouco mais viva do que uma outra, ela é ou não é. Essa ideia é, por exemplo, contrária à tese de uma sobredeterminação da classe sobre as outras dimensões, pois o paradigma da consubstancialidade critica a ideia de uma determinação em última instância pela classe social. A tese da indissociabilidade entre gênero, raça e classe também vai contra uma análise unicamente a partir da categoria de gênero, pois tratar as relações de poder unicamente a partir de uma perspectiva de gênero pode reduzir a pertinência de tal análise apenas às mulheres brancas e burguesas. O gênero constrói a classe e a raça, a raça constrói a classe e o gênero, a classe constrói o gênero e a raça (Kergoat, 2018, p. 7, grifos nossos).

Logo, a questão do racismo parece imbricada no conflito entre as classes, sendo que essas últimas representam um problema social que precisa ser revisto:

No entanto, o cruzamento privilegiado é entre ‘raça’ e gênero, enquanto a referência à classe social não passa muitas vezes de uma citação obrigatória. É interessante notar que essa minimização dos conflitos de classe se verifica também nos Estados Unidos. Em entrevista recente, Toni Morrison, pouco suspeita de ser indiferente aos problemas de ‘raça’ e gênero, afirmou que por trás das tensões raciais nos Estados Unidos, se

esconde, na realidade, um conflito entre classes sociais [que] é um tabu muito maior do que o racismo (Davis, 2013, p. 5).

Ademais, para a autora, a chamada origem de classe trata-se de uma determinante no que diz respeito à gênese e o desenvolvimento desses chamados conflitos. Em especial, possui como consequência a compreensão de raça como uma provável modalidade de experiência de classe, uma vez que, ao trazer a experiência e o sujeito para o centro das análises, ainda permite a passagem do problema da dominação pura, para o problema das resistências, dos movimentos sociais e da revolta.

Entende-se como toda relação social trata-se de uma relação conflituosa, por isso, é comum a fala de Davis, em sua obra “Mulheres Negras na construção de uma nova Utopia”, na qual há explícita uma opressão de uma mulher em relação a outras, sendo melhor para sociedade colocar as mulheres contrárias entre si, do que se unirem para um novo projeto de sociedade (Davis, 2013). Assim sendo, a relação de coextensibilidade desenvolve-se por meio das relações de gênero, classe e raça, nas quais se reproduzem e coproduzem de forma mútua (Kergoat, 2012).

Ainda é comum as mulheres, além dos baixos salários, serem reduzidas ao trabalho doméstico. Porém, isso não representa nenhuma aporia ou contradição interna nas relações de sexo, mas dispõe para a questão de que o capitalismo possui como necessário uma mão de obra que seja ao mesmo tempo flexível e que se empenhe de forma mais intensificada em sua subjetividade (*id*). Isto é, o trabalho doméstico assumido por elas acaba por deixar os homens cada vez mais libertos, e para as mulheres com maior poder aquisitivo, ainda há a possibilidade de externalização desse tipo de afazer, não somente para si, mas também para outras mulheres: a reprodução do estereótipo de “lugar de mulher é na cozinha” (Ferreira, 2012).

Esse conceito de consubstancialidade, para Abreu (2016), funciona nas relações como “unidade de substância”. Desse modo, compreendê-lo infere-se uma certa diferenciação dos diversos tipos de relações sociais, enquanto uma espécie de operação necessária para a sociologia, mas que é também analítica e por isso não deve ser aplicada fora das questões de gênero, sendo então extremamente vinculada às práticas sociais concretas. Para entender, de fato, a consubstancialidade é necessário entender a definição de mulher, enquanto relações de classe, etnia, gênero:

O uso do conceito mulher traz tanto a dimensão do sexo biológico como a construção social de gênero. Entretanto a reinvenção da categoria mulher frequentemente utiliza os mesmos estereótipos criados pela opressão patriarcal - passiva emocional etc. - como forma de lidar com os papéis de gênero. Na prática aceita-se a existência de uma natureza feminina e outra masculina fazendo com que as diferenças entre homens e mulheres sejam percebidas como fatos da natureza. Dessa perspectiva a opressão

sexista e entendida como um fenômeno universal sem que no entanto fiquem evidentes os motivos de sua ocorrência em diferentes contextos históricos e culturais (Bairros, 1995, p. 459).

Ademais, não há como discutir consubstancialidade sem levar em consideração os estudos sobre feminismo negro e os estudos pós-coloniais acerca da literatura infanto-juvenil, os quais ressaltam como peculiar desconstruir o pseudo universalismo das grandes teorias, especialmente, ao dispor sobre a questão da heterogeneidade do grupo de mulheres e, ao mesmo tempo, colocar em debate as questões de fraternidade e da racionalidade.

Tal heterogeneidade sob a análise consubstancial, então, diz respeito, sobretudo, a um nó das relações em sociedade. Por isso, pode servir para compreender melhor a inclusão na definição de dimensões como nacionalidade, religião, idade e diversidade funcional apontada por Gonzalez. Com efeito, pode contribuir no sentido de entender a condição de mulher negra, face às múltiplas e entrecruzadas opressões as quais ecoam em sua realidade de subjetivação, quanto ao seu gênero, raça e classe (Gonzalez, 1988).

Nessa ótica, refletir sobre consubstancialidade, quanto à personagem Nastácia, contribui para entender as vidas das mulheres submetidas a sistemas inter-relacionados de poder, de opressão implícita e explícita, face às discriminações sofridas por todas as mulheres negras, pobres e empregadas. Isto é, esse estigma estaria vinculado a condições direcionadas também à sua classe, sexualidade, gênero, religião, como também locais onde frequenta e mora (Gonzalez, 1988; Almeida, 2019).

Para tanto, a condição da mulher negra entrecruzada às questões de trabalho, desde a sua origem histórica: escravizada, doméstica e mucama deve compor as relações sociais. Nesse prisma, pode-se ressaltar a perspectiva de Lorde (1980), a qual reforça a necessidade de se discutir a noção das diferenças, enquanto catalisadores da mudança crítica e social, da confusão frequente no que diz respeito à necessidade de união e da homogeneidade no meio social (Lorde, 1980).

Portanto, para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não ‘pode ser separada de outros eixos de opressão’ e que não ‘é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão’. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas –, tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (Carneiro, 2003, p. 50-51).

Pensar nos aspectos da consubstancialidade e coextensividade é refletir sobre a luta das mulheres e sua valorização. Com isso, as mulheres podem vislumbrar combater os papéis sociais de gênero como a superexploração de todos e de todas, fazendo com que sua luta possua um combate universal frente às desigualdades. Para Bairros (1995):

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra (Bairros, 1995, p. 461).

Essas categorias citadas acima, consubstancialidade-coextensividade, de acordo com Pfefferkorn (2007), apenas reforçam como a ideia de consubstancialidade implica na forma de leitura e de compreensão da realidade social. Isso porque, este entrecruzamento dinâmico e ao mesmo tempo complexo, trata-se de um conjunto de relações sociais, cada uma expondo sua marca em meio às outras, e assim, sendo capaz de ajustar umas às outras, construindo-se de forma recíproca. Ou seja, essas relações acabam sendo envolvidas de modo intrínseco, umas com as outras, formando o que se compreende por consubstancialidade-coextensividade (Pfefferkorn, 2007 *apud* Kergoat, 2010).

A ideia de Kergoat (2010) demonstra como todas as relações de poder entre o gênero, a classe a raça, estão indissociáveis, ao mesmo tempo interdependentes e por isso não se pode hierarquizar-las, ou seja, levar em consideração uma como mais importante que outra. Em decorrência disso, pode-se compreender de fato de uma maneira não mecanizada como as práticas sociais dos homens e das mulheres, frente às divisões de trabalho, formam um nó que não pode ser desatado.

Face a isso, Kergoat (2018, p. 36) reforça que, o “[...] patriarcado e capitalismo se revezam, para explorar dominando e dominar explorando”. Nesse aspecto, essa conjunção entre o capitalismo e o patriarcado acaba sendo um objeto de estudo e de análise de autoras como Christine Delphy e Sylvia Walby, como apontado pela autora em uma das introduções à edição francesa de “Lutar, dizem elas” (Kergoat, 2018).

Compreende-se, então, como ambos, patriarcado e capitalismo, acabam se revezando no sentido de explorar dominando e de dominar explorando, como se fossem um sistema

integrado. Sendo assim, as barreiras sociais acabam não sendo facilmente derrubadas, tampouco contornáveis para mulheres operárias ou em situações de subalternidade (*ibid.*, p. 4).

Nessa perspectiva, a palavra raça é utilizada, assim como a classe e o sexo, como categoriais construídas e do resultado de produção ideológica e da discriminação, levadas em consideração ao mesmo tempo. Sendo assim, o feminismo, como apontado por Davis (1997), nasce das relações de raça, classe e do gênero, como formas de fazer com que as mulheres possam ter condições igualitárias em sociedade, independentemente de sua raça.

Quanto às categorias de racialização e da infância, percebe-se como a construção social da infância está vinculada com a construção da pessoa negra. Isso porque, este primeiro termo é um processo baseado nas relações de poder, nas quais as pessoas negras acabam sendo colocadas em um lugar inferior, por meio de ideias e de discursos que foram construídos nesse intuito. Por outra vertente, pessoas brancas foram compreendidas como normas, um padrão social. Ao passo que, igualmente, a invenção da infância representa uma forma de dominação do adulto perante as crianças (Souza, 2008).

Com isso, evidencia-se a necessidade de se modificar a maneira de se observar as crianças e suas culturas. É nesse sentido que Corrêa (2017), em sua pesquisa, aponta para a questão de ouvir as crianças, da importância de sair da cultura chamada de adultocêntrica e analisar as culturas infantis. Isso, porque o processo dessa não escuta de crianças negras denomina-se “colonialismo adultocêntrico”, bem como da imposição de comportamentos e posturas, sem ouvir o que essas crianças têm a dizer, sendo dessa forma mais comum ocorrer uma literatura infantil mais interligada com o colonialismo enquanto forma de dominação (Corrêa, 2017).

Essa reflexão sobre obras infantis torna-se elementar, uma vez que os livros de literatura infantil acabam tendo muito a descrever sobre a sociedade, quanto esta precisa caminhar para alcançar igualdade e equidade entre as pessoas, por meio dos livros, que podem passar a contribuir com a construção do imaginário de crianças no que tange a romper com a racialização.

Percebe-se, então, que para entender de forma mais eficaz as relações sociais e seu entrelaçamento, faz-se essencial empregar um método para pensar de modo crítico. Isso significa, por exemplo, recusar-se a focar tão somente em categorias fixas: um raciocínio que leve a aporias em termos de ação política.

3.2. Tia Nastácia e as vozes que ecoam na casa dos brancos

Mas afinal, do que se trata essa relação? Para compreendermos tal fato, é preciso exercer uma profunda escuta que considere as determinações e transformações históricas dos processos de racialização das pessoas negras, assim como as “materialidades do discursivo” (Courtine, 1982). Nessa construção epistemológica, deve ser levada em consideração às consequências e a ideia de que:

Uma teoria materialista dos processos discursivos deve não só denunciar as evidências que constituem a filosofia espontânea das práticas científicas de cunho idealista, mas deve, também, construir suas próprias categorias conceituais para poder intervir na luta teórica (propondo uma descrição/interpretação materialista do funcionamento simbólico das práticas sociais e políticas) e na luta política (Zoppi-Fontana, 2005, p. 49).

Assim, através do entendimento e da reflexão sobre as narrativas racistas na obra lobatiana, fica claro que a língua e as falas sobre raça na história linguística fazem parte, indissociável, da “formação social” dos brasileiros. A estratificação e exploração das mulheres negras, no passado e no presente, é derivada de condições sócio-históricas inequivocamente afetadas por processos coloniais, patriarcais, capitalistas e/ou racistas/racialistas (Fanon, 2008; Gonzalez, 1983; Davis, 2016; Nascimento, 2016; Almeida, 2019). Todas essas estão presentes na obra citada neste estudo e são reproduzidas de maneira mais sutil ou violenta.

Ao longo das narrativas em **Reinações de Narizinho**, então, a boneca Emília vai ganhando autonomia, independência e humanidade, enquanto Tia Nastácia é sobrecarregada de falas com estereótipos depreciativos e racistas.

Assim que entrou, Emília, que já tinha visto Tia Nastácia matar um pato, foi depressa cochichar-lhe ao ouvido: - Não saia daqui, não vá à cozinha, ouviu? Lá mora uma fada preta que não tem piedade nem de frangos, nem de patinhos. Pega os coitados e vai logo lhes torcendo o pescoço. Sabe para quê? Para assá-los no forno, imagine!... (Lobato, 2014, p. 151).

Pode-se compreender, portanto, que a produção de estereótipos racialmente orientados para a manutenção das desigualdades vai além das especificidades das ideias de e sobre raça, uma vez que a materialidade dos fatos das/nas condições e produção de trabalho apontam para o funcionamento de discursos racializados em diversas instâncias sociais, sendo materializados ou não, mas presentes nos instrumentos, nas ações de diversos atores e instituições sociais.

Bakhtin (2009, p. 31) esclarece que “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, [...], tudo que é ideológico é signo. Sem signos, não

existe ideologia”. Para tanto, o signo, aqui compreendido como a raça, é carregado de significações ideológicas e, por isso, nenhum signo isolado possui valor em si mesmo, pois nele deve haver uma contextualização para que possa ter significado, pois a fala é uma interação social e retrata as intenções de Lobato através da obra.

Dessa forma, na obra lobatiana, há um recorte de uma possível visibilidade da cultura afro-brasileira reduzida ao folclore, quando vemos, nas falas dos personagens, a valorização da linguagem erudita e científica em contraposição às falas e linguajar comum de Tia Nastácia: “Os olhos da negra, já tão arregalados, arregalaram -se ainda mais e sua boca abriu, abriu, abriu de caber dentro uma laranja” (Lobato, 2014, p. 349).

Junto a esta percepção, corroboro com a ideia de Almeida (2019), ratificando que não há capitalismo nem colonialidade sem racismo. No passado e no presente, o discurso e sua variedade de manifestações, apresentam uma relação entre o racismo e a política neoliberal, enquanto o principal elemento na reprodução das condições de produção do capitalismo: o trabalho, pois, em uma sociedade recente e colonizada como a nossa, a literatura precisa estar atenta às condições sociais estabelecidas para uma pessoa ou um grupo étnico porque é preciso compreender que “o racismo e outras formas de discriminação fazem parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar” (Almeida, 2019, p. 127).

Há de se esclarecer, portanto, que o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, como é apresentado na época e no cotidiano de Lobato, bem como é apresentado em **Reinações de Narizinho**, disfarçado e como parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” (Almeida, 2019, p. 33).

A obra lobatiana ainda propaga a ideia de que, “somos todos misturados” e, mais do que isso, que vivemos em um país em que há uma “democracia racial” (Nascimento, 2016). Ao mesmo tempo, vive-se em uma sociedade pautada por políticas genocidas e epistemicidas dos conhecimentos e culturas afro-brasileiros. E essa é a prática em cima da qual se dá a colonialidade brasileira ainda hoje.

Em Lobato, entende-se, desde o início da obra, a posição de Tia Nastácia sendo uma mulher negra, reduzida a alguém que estava na casa grande, porém, não a pertencia, tendo em vista que seu local social, destinava-se tão somente ao ato de não pensar e de permanecer nos afazeres domésticos, sendo somente aquela que serve a todos, especialmente aos que

frequentam a cozinha do Sítio do Pica Pau. Essa condição de submissão de Tia Nastácia pode ser explicada a partir de Almeida (2018):

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que **mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade** de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações (Almeida, 2018, p. 41, grifos nossos)

Os pontos que provam isso são as menções de Tia Nastácia no texto direcionadas apenas à cozinha ou terreiro do sítio, bem como no momento em que chama Dona Benta de Sinhá, uma mulher que era sua patroa e proprietária do sítio. Quando refletimos sobre o conceito de Sinhá, compreende-se melhor sobre a função de dona Benta na casa grande. Isso porque, quando se leva em consideração a tradição escravocrata, Sinhá significa senhora dos escravos, de acordo com o dicionário Aurélio (Aurélio, 2022).

O epistemicídio/genocídio não é de fácil compreensão, pois foi e é um projeto planejado e em curso em pelo colonizador. Na obra lobatiana, por vezes, se mostra inteligível nas falas e ações dos personagens, além de inserir consubstancialmente outros marcadores de opressão como mesquinhez, preguiça, “burrice” e maus-modos, como podemos observar nesta fala do personagem Pedrinho:

Houve um ‘Oh!’ geral de decepção, porque realmente não se poderia imaginar coisa mais feia, nem mais desajeitada. Os braços saíam do meio do corpo, quase; os pés não tinham jeito de pés; o nariz era um fósforo cabeçudo espetado no meio da cara; e a cabeça, em forma de castanha de caju, estava pregada nos ombros por meio de um prego torto, cuja ponta aparecia nas costas. [...] Que vergonha, Tia Nastácia! Você fez um monstro que não pode ser mostrado a ninguém. Desmoraliza a família (Lobato, 2014, p. 258).

Assim, hoje, vendo o negro integrado na literatura, na televisão, no cinema, nos acostumamos a dizer que vivemos em uma democracia racial, que somos todos iguais, que só deve haver “consciência humana” e coisas do tipo. Um lugar no qual, se há racismo, ele nunca é o do “eu”, mas do “outro”. Não se atenta às consubstancialidades e nem à padronização do negro que é mostrada, aquele que se aproxima, esteticamente, por exemplo, dos padrões eurocêntricos.

Nesse sentido, as falas racistas na obra lobatiana têm o eu reflexo hoje nas condições de produção, formulação e circulação dos discursos e não para a especificidade de um tema (como

raça ou racismo). Não se trata de “falar sobre” raça, mas de ter os processos de racialização atravessando subjetividades, ainda que por efeitos do silenciamento, do humor, da imaterialidade e da negação.

A memória nacional que Lobato traz em sua obra, remonta e elucida os processos sociais e históricos de racialização os quais se manifestam não apenas nos dizeres e imagens específicos de/sobre raça, mas também nos dizeres e imagens que dissimulam as desigualdades sociais, apesar do mundo e das relações sociais terem mudado.

De cunho utilitário-pedagógico, a escola, por sua vez, exerce um papel fundamental para a consolidação de ideologias dominantes através da literatura, habilidades e conhecimentos técnicos, inclusive para a produção de bens culturais (Lajolo; Zilberman, 2006, p. 25). A linguagem utilizada na obra lobatiana, portanto, apresenta diferentes domínios de relações sociais:

Não é tanto a pureza semiótica da palavra que nos interessa na relação em questão (relação entre infra e superestrutura), mas sua ubiquidade social. Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político etc. [...] A palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo aquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abrem caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (Bakhtin; Volochinov, 2004, p. 41).

O diálogo em **Reinações de Narizinho** apresenta os inúmeros sentidos da palavra, dá vida e mobilidade à linguagem, que se realiza em gêneros do discurso, isso é, em tipos relativamente estáveis de enunciados ligados em um todo orgânico, pelo estilo da linguagem, logo, pela “seleção de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua” (Bakhtin, 2003, p. 261), por sua forma de composição e conteúdo temático, conforme as especificidades de determinadas esferas ideológicas, como é constituída as falas de Emília, principalmente, através de representações racistas: “mentira de Narizinho! Essa negra não é fada nenhuma, nem nunca foi branca. Nasceu preta e ainda mais preta há de morrer” (Lobato, 2014, p. 256).

Junto a isso, moldam-se as relações sociais e a dialética a partir das questões raciais abordadas. Rosa (2014) atesta que a atmosfera do lugar tende a alterar a percepção que as pessoas têm sobre as relações raciais e, por isso, ao refletir sobre as áreas duras, entendeu que é o espaço onde o “recorte” racial opera como maior força. Sansone (1996) chama a atenção para o fato de que paradigma da desigualdade racial entre negros e brancos é reforçado por mecanismos e práticas racistas cotidianamente. Dessa forma, ao discorrer sobre relações raciais, é preciso entender o caráter contingencial, temporal e local, percebendo as diferentes

influências que resultam no processo de segregação, sejam elas econômicas, culturais, sociais ou identitárias (Rosa, 2014), neste caso, literário, pode-se dizer, como podemos observar a seguir

Todos tomaram café, menos Cinderela.
 – Só tomo leite – explicou a linda princesa. – Tenho medo de que o café me deixe morena.
 – Faz muito bem! – disse Emília.
 – Foi de tanto tomar café que Tia Nastácia ficou preta assim... (Lobato, 2014, p.153-154)

Então, Bakhtin (2003) traz o entendimento de que não há uma só palavra que seja a primeira ou a última, pois o contexto dialógico não tem limites, os diálogos sempre serão inconclusos, infinitos e inacabáveis. A polifonia leva a compreender as diversas vozes sociais que compõem os diálogos e narrativas entre os personagens, as representações e violências naquele tempo e como podem ser reproduzidas hoje, a conversão dos diálogos em modelos e vozes dos grupos de *status quo*, assim como também as conformações linguístico-culturais recorrentes na linguagem das personagens, bem como os padrões culturais que cada voz representou e representam na contemporaneidade. Tomemos como exemplo a fala do narrador, que na maioria das vezes se refere à Tia Nastácia como “a negra”, demonstrando o seu desprezo e a condição de inferioridade, a ponto de nem sequer ser nomeada, no decorrer das narrativas.

Outra obra clássica que possibilitou a reflexão sobre a obra lobatiana supracitada e aborda as relações raciais estabelecidas no Brasil é “Casa-Grande & Senzala” de Gilberto Freyre. Nesta obra, percebe-se em diversos momentos a romantização, o mito da democracia racial e a amenização do período escravocrata, deixando transparecer certo ar saudosista desses tempos:

Da escrava ou ama que nos embalou, nos deu de mamar, nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma cocceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (Freyre, 2003, p. 367).

Lobato em suas obras também utiliza este artifício:

– Não, senhora! – respondeu a abelha. Nós não temos governo, porque não precisamos de governo. Cada qual nasce com o governo dentro de si, sabendo perfeitamente o que deve e o que não deve fazer. Nesse ponto somos perfeitas (Lobato, 2014, p. 40).

À vista disso, nota-se que ele dá à colmeia das abelhas um sistema político, que reforça seu discurso social, positivo e igualitário, transmitindo a quem ler não apenas uma forma de ensinamento, mas uma tentativa humanizada e de mudança social, ou seja, a falsa ideia de democracia racial. Essa, por sua vez, é uma falácia, pois encontramos em Tia Nastácia o estereótipo de um sujeito inferiorizado pelo narrador/autor, no caso o negro no Brasil depois da abolição da escravidão, estereotipada como “pobres tias velhas”, “sem cultura nenhuma”, “nem ler sabe”, “ignorantes”, exemplo: “Credo! É por essas e outras que eu nunca hei de sair do meu cantinho...” (Lobato, 2014, p. 186). A fala de Tia Nastácia, então, que demonstra uma reclusão ao espaço doméstico.

O uso da pluralização dos adjetivos e verbo demonstra a quantidade de “Nastácias” pelo país, ou seja, de “negras de estimação”, adjetivos que aparecem 56 vezes na obra, vindas da escravidão e que permaneceriam na condição objetivada de cozinheiras e domésticas, sem qualquer possibilidade de ascensão social, pois já estavam velhas e não pertenciam ao padrão estético da época. A ver, temos a fala do narrador, que inferioriza e desmerece Tia Nastácia em sua humanidade: “Dona Benta meteu a mão no chapéu e pescou um dos papéis. Abriu-o e leu – “TIA NASTÁCIA. Ninguém esperou que a Sorte fosse tão burra de escolher justamente a autora do desenho mais feio” (Lobato, 2014, p. 254).

Em meio a esse construto social, o Estado brasileiro, com o auxílio de importantes intelectuais da época, construiu uma base pseudocientífica que alardeava a integração cultural, com base na contribuição de diferentes grupos: europeus, indígenas e afrodescendentes para a formação da identidade nacional. No entanto, o que foi estabelecido, foi o mito da democracia racial, que mascarava e “reduzia” as mazelas da escravização dos dois grupos étnicos citados por último.

A crença que havia, de fato, uma democracia racial, com mitificação desse padrão de convivência pacífica, ganhou força nas primeiras décadas do século XX e serviu para justificar a suposta integração da população negra, através da valorização dos seus elementos culturais, porém, negligenciada em seus direitos e oportunidades. Forjaram e implementaram inúmeros mecanismos de alienação e exclusão para manter a população “alforriada”, ainda, sobre o domínio do colonizador.

Carneiro (2003, p. 119) traz a compreensão e o fomento de que “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com que esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridas”, diversas percepções que ressoam em processos subjacentes aos confrontos que enfrentam os

grupos. Todavia, alguns subgrupos possuem demandas peculiares e elas não podem ser encobertas pela mesma tentativa de homogeneização.

As mulheres negras, como o exemplo a ser considerado, o de Tia Nastácia, levantam pautas singulares que “não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso” (*loc. cit.*). Logo, assume-se que a categoria “raça” rebaixa a categoria “gênero”, criando uma hierarquia social em que se estabelecem: os homens e mulheres brancos, e os homens e mulheres negras.

Para tanto, refletindo sobre a função exercida pelas “Tias Nastácias” do passado e do presente, entende-se que a divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos a partir da questão racial levaram Davis (2016, p. 226) a pontuar que “um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas avançadas envolve a possibilidade – a real possibilidade – de transformar radicalmente a natureza das tarefas domésticas”. Ao voltar o olhar para as atividades de trabalho que são desenvolvidas no âmbito privado, a autora questiona os motivos que contribuem para que parte considerável das incumbências das donas de casa não seja incorporada à economia industrial.

Cabe pontuar, então, que os papéis da mulher em uma sociedade patriarcal ganharam novos contornos com a formalização do trabalho doméstico, assumido em sua grande parcela pelas mulheres negras.

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (Nascimento, 2016, p. 61).

Assim, Tia Nastácia representa as mulheres das camadas populares com um conhecimento prático da vida e em uma relação estratificada, em oposição à dona Benta com todo seu conhecimento científico.

A conservação de sistemas de valores originados em estruturas sociais anteriores permitiria às sociedades de classes utilizar de modo diverso a força de trabalho feminina. [...] na condição das mulheres estavam presentes contradições próprias de formações sociais anteriores e contradições típicas do modo capitalista de produção (Saffioti, 2013, p. 108).

Por isso, sua enunciação é marcada por uma linguagem coloquial, com problemas de concordância, desvios à norma padrão da língua e vocabulário limitado. Assim, por vezes, ela é questionada sobre a lógica do que enuncia pelos personagens do Sítio.

Segundo Bakhtin (2003), todas as formas de enunciação, de produção de textos, se dão por meio de gêneros discursivos relativamente estabelecidos em cada esfera da atividade humana, “os quais apresentam um conteúdo, um estilo e construção composicional que refletem as condições e finalidades de cada esfera que o produziu e produz” (*ibid.*, p. 261), como se verifica nos discursos de ódio e agressividade da boneca Emília:

Narizinho foi espiar o que Emília estava fazendo. Encontrou-a no cantinho da sala onde era o seu ‘quarto’, muito atarefada em botar os seus vestidos e brinquedos nas caixas de papelão que lhe serviam de mala. Mas notou que Emília só botava os vestidos e brinquedos que ela, Narizinho, lhe havia dado. Os outros, dados pela negra, jaziam no chão, amarrotados e pisados aos pés. Emília estava seriamente ofendida [...]. Ia arrumando as malas, ao mesmo tempo que dialogava com o cavalinho.

– Não é à toa que ela é preta como carvão.

– Mentira de Narizinho! Essa negra não é fada nenhuma, nem nunca foi branca. Nasceu preta e ainda mais preta há de morrer (Lobato, 2014, p. 168).

Conceição (2009) pondera, então, que a abolição da escravatura representou uma transição da condição de trabalho para a população negra. No entanto, o que terminou por se constatar foi a condição de informalidade e precariedade dos trabalhos. Os negros foram jogados à própria sorte uma vez que ainda dependiam de seus antigos senhores. As oportunidades eram mínimas e o trabalho doméstico acabava sendo a “solução”. Mesmo diante de um discurso de igualdade, não é possível se ter a ilusão de que, de um dia para o outro, aqueles que foram escravizados por tanto tempo teriam condições de competir por melhores trabalhos.

A “liberdade” acabou favorecendo um contexto de desqualificação de um grupo que nunca teve a chance (real) de buscar sua redenção. E assim, corroborando com o pensamento de Davis (2016), há de se firmar que, proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de suas casas do que as mulheres brancas. Esse gigantesco espaço que a dimensão do trabalho ocupa, hoje, no cotidiano das mulheres negras é uma continuidade de um padrão que foi traçado já nos primeiros anos da escravidão, ou seja, como servas, essas mulheres viam-se ofuscadas pelo trabalho compulsório a que estavam sujeitas e todos os demais aspectos de sua vida eram pomenorizados.

O ponto de partida para a condição de exploração das mulheres negras durante e após a escravidão, como é o caso da personagem que tanto se aproxima da realidade, Tia Nastácia,

está relacionado ao conjunto de significados que foram sendo atribuídos ao seu papel enquanto trabalhadora hoje. O sistema escravista decretava que os negros nada mais eram do que propriedade. Assim, já que as mulheres negras eram vistas como unidades de trabalho, assim como os homens, não seria falacioso dizer que para os senhores de escravo elas eram “desprovidas de gênero”, trabalhadoras em tempo integral e apenas ocasionalmente mãe, esposas e donas de casa (Davis, 2016).

Com isso, é possível pensar Emília, enquanto texto, pensada por sua criadora, Tia Nastácia, quem, na confecção da boneca, criava, também, um leitor-modelo, capaz de interpretar a partir das suas vivências, resgatando em Emília os discursos que Tia Nastácia não enunciava. Em suma, ao criar Emília, Tia Nastácia expressa a função dialógica de um sujeito que ao interpretar o seu contexto social, produz um texto: a boneca e o material utilizado para confeccioná-la, promovendo possibilidades interpretativas de sentidos, em um jogo e oposição e proximidades: “[...] Emília, uma boneca de pano bastante desajeitada de corpo. Emília foi feita por tia Nastácia, com olhos de retrós preto e sobrancelhas tão lá em cima que é ver uma bruxa. Apesar disso, Narizinho gosta muito dela” (Lobato, 2014, p. 5).

Essas vozes são orquestradas por uma única voz, que é a de Lobato, autor da obra, explanando o seu pensamento da época, mas que induz ao leitor acrítico, a reprodução de estereótipos através do racismo. “Desajeitada de corpo”, “bruxa” que se destaca no texto, pode refletir a representação estereotipada de Tia Nastácia, a qual não se encaixa no padrão de beleza social da época, constituindo a boneca sua imagem e semelhança. Nesse sentido, Lobato, por meio de suas narrativas, apresenta seu posicionamento ideológico discursivo, pois “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (Bakhtin; Volochinov, 2004, p. 36). Em outros trechos da obra, podemos analisar e compreender a subjetivação como um instrumento textual fomentado por Lobato na obra:

Quadro 1: Narrativas de Monteiro Lobato

Texto	Página	
	Edição de 1931	Edição de 2014
Princesa!... Princesa que ainda toma palmadas de dona Benta e leva pitos da negra beijuda! E tira ouro do nariz... Antipatia!...	56	80
E eu arrebitei o seu, está ouvindo? Chamar vovó de coroca! Que desaforo!... Dona Carochinha botou-lhe a língua. uma língua muito magra e seca. e retirou-se furiosa da vida, a resmungar que nem uma negra beijuda.	16	20
A negra pendurou o beijo. — Credo! Até parece feitiçaria! — resmungou. Muito contente da aventura, Narizinho disparou para casa com o peixe na mão.	40	60
Mais zangada ainda, Emília mostrou-lhe a língua e dando uma chicotada no cavalinho tocou para a frente, resmungando alto: — Princesa!... Princesa que ainda toma palmadas de dona Benta e leva pitos da negra beijuda! E tira ouro do nariz... Antipatia!...	56	79
A negra apareceu na sala, enxugando as mãos no avental. — Que é, sinhá? — perguntou. — A boneca de Narizinho está falando!... A boa negra deu uma risada gostosa, com a beijaria inteira. — Impossível, sinhá! Isso é coisa que nunca se viu. Narizinho está mangando com mecê. — Mangando o seu nariz! — gritou Emília furiosa. — Falo, sim, e hei de falar. Eu não falava porque era muda, mas o doutor Cara de Coruja me deu uma bolinha de barriga de sapo e eu engoli e fiquei falando e hei de falar a vida inteira, sabe? A negra abriu a maior boca do mundo. — E fala mesmo, sinhá!... — Exclamou no auge do assombro. — Fala que nem uma gente! Credo! O mundo está perdido...	49	64
Dona Benta, de fato, nunca dera crédito às histórias maravilhosas de Narizinho. Dizia sempre: “Isso são sonhos de crianças.” Mas depois que a menina fez a boneca falar, dona Benta ficou tão impressionada que disse para a boa negra: — Isto é um prodígio tamanho que estou quase crendo que as outras coisas fantásticas que Narizinho nos contou não são simples sonhos, como sempre pensei	33	49

Fonte: Lobato (1931; 2014)

Portanto e por mais que o que ela diz seja caracterizado como “asneiras” pelos outros personagens, a boneca, por meio da enunciação, se faz ouvir e suas ideias são levadas a cabo, o que promove grande parte das aventuras narradas nos livros. Já Nastácia, quando enuncia, traz ideias de outros, que ouviu de sua mãe. Ela mesma não cria, só reproduz o que lhe foi dito, enquanto agente social no passado e no presente.

Junto a isso, entendemos que boa parte da compreensão do que é o racismo pode ser sumarizado na relação de dominação que o colonizado possui para com o colonizador (Gonzalez, 1984). Em **Reinações de Narizinho**, Lobato nos apresenta o cotidiano da época, antes e pós-abolição, como já foi dito, e retrata através dos seus escritos as suas ideias, percepções e mentalidade. Ao mesmo tempo, usa a fantasia para camuflar o mito da democracia racial, mas aborda a superioridade da “raça” através dos estereótipos racistas.

O racismo narrado e reproduzido por Lobato se apresenta como um aparato cultural que sustenta uma lógica de dominação racial: o eugenismo, que não é neutra e nem sutil e, em vários

exemplos do texto ele se mostra potente em cumprir o seu papel de subjetivar a identidade/mulher negra.

Em uma ocasião em que aparece na obra um diálogo entre Narizinho, o Príncipe Escamado e Dona Carochinha, da última surge esta fala do narrador: “Dona Carochinha botou-lhe a língua – uma língua muito magra e seca – e retirou-se furiosa da vida, a resmungar que nem uma negra beijuda” (Lobato, 2014, p. 16). A partir desta fala, podemos compreender que esta descrição do “beijo de Tia Nastácia” é posta como um aspecto de animalização.

Assim, Emília, criatura de Nastácia, contrapõe tudo que sua criadora é. Emília se apresenta como a oposição de Nastácia, sendo assim tudo o que ela queria e não podia ser. É fundamental “compreender o discurso como uma ação social inseparável dos grupos que o produzem”. Logo, é importante observar como ele pode ser um processo de materialidade das ideologias dominantes ou como um referencial para a manifestação de forças.

O racismo à brasileira, portanto, é manifestado tanto nas instituições nacionais fundadas por e pelo capitalismo e se faz presente pelas ideias de uma burguesia branca detentora dos meios de produção. Quanto à sua outra faceta, Gonzalez (1984) esclarece que está implícita, mascarada e de difícil discussão, que acaba por fazer toda a sociedade enterrar o preconceito, negar a sua existência e manter no ostracismo e subjetivação o trabalho “análogo” à escravidão, que é aquele destinado à Tia Nastácia, sobre forte opressão descritas nas falas dos personagens, mas, com o humor e por ser direcionado ao público infantil, pouco se dá importância.

A dualidade que caracteriza as duas personagens é um arranjo estético produzido pelo criador das duas: Monteiro Lobato, e é, exatamente, em nosso ver, a marca da relação de autoria e obra entre elas no interior das narrativas. Lobato atribui a condição de autora/criadora para Nastácia na confecção de Emília no interior da obra, permitindo que a boneca se transforme na voz, no texto que denuncia tudo que Nastácia, em sua condição, não podia ser. Emília é a enunciação de Nastácia. Porém, sua obra ganha vida a ponto de ficar incontrolável, deixa de ser boneca, reflexo humano, e passa a ser gente.

Em **Reinações de Narizinho**, portanto, Lobato traduz aquilo que na sociedade brasileira daquele período histórico e hoje pode ser compreendido como racismo disfarçado, ou, “racismo por denegação”, com a presença da miscigenação, da assimilação e da democracia racial, formas comuns na América Latina (Gonzalez, 2019). E essa pseudodemocracia mantém uma espécie de continuidade de subalternidade pós-colonial que aliena a todos de sua condição, subjetivando as identidades, principalmente das mulheres negras que, em Tia Nastácia, veem

serem reproduzidas, validadas e banalizadas, concomitante aos papéis subalternos e opressões presentes no cotidiano, sem que seja permitido refletir ou se inconformar sobre tal condição.

O papel destinado à Tia Nastácia na obra discutida, apresenta aquilo que podemos compreender por Gonzalez (2020, p. 55) como uma “reprodução ampliada das classes sociais”, pois o atentarmos a distribuição da sociedade dentro das classes sociais e seu papel de subordinação, o racismo, dentro da sociedade brasileira, tem um papel de destaque dentro dessa estrutura, já que nesta mesma sociedade pessoas negras são direcionadas a trabalhos precarizados e de baixa remuneração. Trabalhos esses construídos historicamente e traçados como destino através de um processo de subjetivação que faz com que homens e mulheres negros, por vezes, não reivindicassem um lugar melhor.

Tia Nastácia, na obra lobatiana, está inserida dentro da lógica que imprime estereótipos que agem nas mulheres negras e promove um reforço de subordinação e que está “num processo extremo de alienação imposto pelo sistema” (*ibid.*, p. 59) onde há um processo de racismo cultural internalizado (*ibid.*, p. 61), onde “as categorias utilizadas” de raça, gênero e classe social “são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial [...]” (*ibid.*, p. 61) e que nessa lógica se inserem os “mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial” (Gonzalez, 2020, p. 61).

Destarte, a estrutura que se apresenta em **Reinações de Narizinho**, explicita o racismo, as desigualdades de gênero e de classe em uma sociedade e período em que esta relação consubstancial era justificada “cientificamente” pelo eugenismo, pelos lugares postos como destino, pela subjetivação que limitava as possibilidades e a humanidade da mulher negra com relação à figura de Tia Nastácia e que, sem dúvidas, Lobato ratificou se nos atentarmos a todo o construto dialógico da obra.

No Quadro 2, a seguir, podemos analisar e compreender as falas dos principais personagens da obra **Reinações de Narizinho** e explícitas e implícitas ao narrador, o próprio Lobato, que demonstra a consubstancialidade de raça, gênero e classe social, reforçada pelos estereótipos eugenistas do escritor:

Quadro 2: Cotejamento entre falas dos personagens e as características racistas/eugenistas

Falas	Personagem	Página		Características Racistas/Eugenistas
		Edição de 1931	Edição de 2014	
– Dona Carochinha botou-lhe a língua – uma língua muito magra e seca – e retirou-se furiosa da vida, a resmungar que nem uma negra beijuda	Narrador	56	80	“ Beijuda ” – Característica fenotípica, um conceito ligado ao estudo da Genética e pode ser entendido como características morfológicas de um indivíduo, sendo nesse exemplo, a cor da pele da personagem. Neste viés, o fenótipo é considerado um fator na manifestação do racismo.
– Princesa!... Princesa que ainda toma palmadas de Dona Benta e leva pitos da negra beijuda!	Emília	56	80	Estereótipos racistas.
– Murmurou consigo a preta. – A negra foi e trouxe Emília.	Narrador	36	54	Ausência de humanidade/identidade. O seu nome não é dito, e sempre é referendada como a “ preta ” ou a “ negra ”.
– Nastácia é aquela galinha preta que mais parece urubu ...	Narizinho	72	106	Depreciação da cor da pele. O reforço dos fenótipos considerados inferiores/ não esteticamente bonitos/ equilibrados. Desumanização e reforço negativo do “preto”.
– Credo! Até parece bruxaria... Mas se chegar esse tempo, sinhá, mecê que trate de arranjar outra cozinheira. Assim catacega como sou, tenho medo de escamar e fritar um bisneto de mecê pensando que é alguma traíra..	Tia Nastácia	99	138	Desprovida de conhecimento científico. Crendices populares e supersticiosas. Características associadas com a barbárie inferior, aquilo que não é civilizado sob a perspectiva eurocêntrica.
– Nastácia é uma princesa núbria que certa fada virou em cozinheira. Quando aparecer um certo anel, que está na barriga dum certo peixe, virará princesa outra vez.	Emília	186	260	Desprovida de beleza. A cor e a origem étnica relacionada à feiura e lugar inferior na hierarquia social.
– Faz muito bem-disse Emília. – Foi de tanto tomar café que Tia Nastácia ficou preta assim.	Emília	186	261	Desprovida de beleza. A cor relacionada à feiura.
– Não é à toa que ela é preta como carvão. - ? - Mentira de Narizinho! Essa negra não é fada nenhuma, nem nunca foi branca. Nasceu preta e ainda mais preta há de morrer!	Emília	205	290	Fadas são brancas, o que simboliza a pureza, a bondade; portanto, Tia Nastácia por ser negra era desprovida de bondade e da beleza.
– Mas faça o que estou pedindo. Ponha a vassoura bem ao alcance de sua mão, porque ao fim da minha história é bem possível que seja preciso “varrer” qualquer coisa...	Visconde de Sabugosa	164	227	Hierarquização do trabalho e dos papéis sociais; Trabalho doméstico – herança da escravidão.
– Para a boa negra, tudo que ela não entendia era inglês. Mas Pedrinho compreendeu perfeitamente e até se entusiasmou com o que o sábio disse.	Narrador	207	278	Inferioridade Intelectual determinada pela condição de mulher negra.

– Ninguém esperou que a Sorte fosse tão burra de escolher justamente a autora do desenho mais feio.	Narrador	204	289	Tudo que é feito por Nastácia é menor, inferior, feio, sem técnica
– Boa? Está muito enganado. Mais malvada que ela só o Barba Azul. Você é porque é novo nesta casa e não a conhece. Tia Nastácia não tem dó de nada. Pega aqueles frangos tão lindos e — zás! torce-lhes o pescoço. Mata patos, mata perus, mata camundongos — não há o que não mate. Outro dia, no Natal, a diaba assassinou um irmão de Rabicó, tão bonitinho! Pegou naquela faca de ponta que mora na cozinha e — fugt! enfiou dentro dele, até no fundo. E pensa que foi só isso? Está enganado! Depois pelou o coitadinho numa água fervendo e assou o coitadinho num forno tão quente que nem se podia chegar perto.	Emília	205	291	Carrega costumes selvagens, sob uma perspectiva comparativa entre o branco e o negro.

Fonte: Lobato (1931; 2014)

A partir, então, do Quadro 2, onde foram destacadas as falas que mais explicitaram o pensamento lobatiano, podemos compreender a sua obra como um instrumento formador dentro das relações étnico-raciais. Isso porque, em **Reinações de Narizinho** (1931; 2014), especificamente, os termos e estereótipos construídos a partir das falas da personagem Emília, do Narrador e de Narizinho, principalmente, denotam o teor racista da sua época e a sua intencionalidade quanto às ideias eugenistas.

Para tanto, devemos fomentar que a Lei 10.639/2003 (Brasil, 2023), que completou 20 anos em 2023, deve ser discutida como um aparelho de desconstrução do racismo sistêmico e institucional, que aparece, também, na literatura infanto-juvenil. Ora mais explícito, ora implícito, a obra lobatiana expressa, com vigor, um ideal eugenista e racista que se faz presente até hoje. Papeis subalternos destinados às mulheres negras, principalmente, serviços domésticos e pouca aptidão intelectual, fazem parte dessa ideologia na qual o livro teve o seu nascedouro.

Para tanto, a essência da Lei, antes citada, se situa no campo epistemológico da práxis social em prol da desconstrução do racismo. Não se trata, apenas, de inserir os conteúdos ligados à História e a Cultura Africana e Afro-brasileira, mas, sem dúvida, devem ser abordadas as Histórias de Nastácias, Marias e tantas outras mulheres e homens negros que sofreram e sofrem como o racismo. Contudo, a práxis deve estar pautada não nesses sujeitos como objeto de estudo, mas como sujeitos da pesquisa, ou seja, um agente social que fala de si, que compreende a realidade e que seja capaz de desfazer os estereótipos.

À vista disso, o que eu proponho como aparato prático a partir das novas obras literárias e da representatividade do negro, é que eles sejam, de fato, os protagonistas, que as histórias e estórias sejam contadas pela perspectiva do negro, enquanto produtor de conhecimento, lugares de emancipação e decolonialidade.

Torna-se, portanto, iminente a “desobediência epistêmica”, como uma válvula de decolonização histórico-socio-cultural a partir da literatura, em constante oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas experiências e subjetividades formadas dessas bases – etnocentrismo/eurocentrismo –, tanto teológicas quanto seculares, incitando a liberdade de pensamento e de outras culturas.

Junto a este processo de ostracismo, se tem pretuguês, que são formas de escrita literária da contemporaneidade, que reforça a beleza da fala cotidiana das pessoas simples e revelam vivências comuns na vida de mulheres brasileiras, pretas e periféricas. Através das falas de Tia Nastácia explicitadas no quadro acima e na obra lobatiana como um todo, entende-se aquilo que Gonzalez (2020), como precursora do feminismo negro esclareceu:

A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português que falamos aqui é diferente do português de Portugal. Nosso português não é português, é pretuguês [...] com todo um acento de quimbundo, de ambundo, enfim das línguas africanas (Gonzalez, 2020, p. 87).

Portanto, a descolonialidade começa com o entendimento de que, o mito da democracia racial, como uma falácia e uma violência simbólica, fez com que a cultura africana e afro-brasileira fosse renegada e rebaixada como um elemento incivilizado. Assim como Gonzalez (2020), compreendo que o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo e, para ir de encontro a esta subalternidade da língua, fomento que, na verdade, houve uma contribuição dos africanos para com a língua portuguesa, houve uma epistemologia que, mesmo sob grande opressão, as suas raízes não foram cortadas.

Dessa maneira, entendo que a enunciação de outros lugares de fala, indo de encontro à homogeneização da História em uma única narrativa, pois, a práxis decolonial não estaria somente no ato de explicar, interpretar, contextualizar, racionalizar esse pensamento e a literatura lobatiana, mas sim utiliza-lo para produzir um dispositivo autorreferencial de produção de conceitos, de “símbolos que representam a si mesmos” (Viveiros de Castro, 2015, p. 229), em todos os espaços de produção de conhecimentos, sejam eles formais ou informais, oralizados ou escritos, por doutores ou simples narradores do cotidiano.

A partir das leituras que foram desenvolvidas ao longo da formação acadêmica, no mestrado, especificamente, foi construída a consciência dos papéis subalternos instituídos por Lobato. As suas narrativas atemporais demonstram uma cultura de desvalorização do povo negro, elaborada para não ser derrubada com facilidade, pois, os papéis dados para Tia Nastácia representam, na contemporaneidade, a garantia de mão de obra barata, de subempregos, mostrando ao negro o “seu lugar” dentro da estrutura social e econômica.

Monteiro Lobato, como um racista totalmente perceptível, deve estar incluso na formação de educadores, independente da licenciatura que seja, excepcionalmente, para fazer com que a sua escrita e construções sociais sejam um aparelho de desconstrução das desigualdades. Não se trata, porém, de um mero trabalho acadêmico, mas um trabalho científico que deve ser constituído pelas vozes, ações e linguagens da cultura africana e afro-brasileira em prol de um constante enfretamento do racismo e, também, uma contínua produção de arcabouços teóricos que devem servir para a promoção da equidade.

Destarte, a leitura da obra **Reinações de Narizinho** (1931; 2014), me surpreendeu tanto pelas narrativas, quanto pelas expressões racistas, que se assemelham bastante com as de hoje,

onde eu pude decifrar e compreender de forma dinâmica e epistemológica a cultura como um veículo que pode promover a igualdade, mas também a desigualdades, tendo como suporte a literatura instrumentalizada e sob a desconstrução de estratos sociais construídos no decorrer da História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empírica construída com base na obra lobatiana, nas vivências da pesquisadora e a contribuição instituída pela orientação deste Programa de Mestrado, permitem enxergar e desfazer os disfarces ou reproduções das desigualdades que recaem sobre Tia Nastácia e que pode ser caracterizada como uma folclorização racista, cujas consequências alimentam a afirmação do preconceito ao invés de seu combate.

Junto a isso, a construção epistemológica que aqui se estabelece partiu do contexto historiográfico da abolição da escravidão no Brasil, que aconteceu há 135 anos, mas a justiça racial ainda não é uma realidade e a necessidade de estabelecer políticas públicas específicas, em especial no campo da Educação, como a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), tornou-se imperativa.

Ora, se, na contemporaneidade, para haver equidade é preciso estabelecer leis, demonstra que o racismo e suas ramificações e disfarces se fazem presentes na sociedade. Há de se ressaltar que, a partir dessa lei, pretende-se romper com o ciclo naturalizado de dar ênfase à notoriedade eurocêntrica. Ela reafirma a possibilidade de um encontro do professor e do aluno com a diversidade cultural, buscando apreender a respeitar o diferente e a diferença e, sem dúvidas, o desenvolvimento da consciência de que a contribuição dos povos africanos não deve ser folclorizada, mas servir de ponto de partida para compreender grupos e pessoas, o sistema e os mecanismos de manutenção do poder e desigualdades, assim como entender os instrumentos para superá-los:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira.

[...]

§ 1^a - O Conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

[...]

§ 2^a - Os Conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

[...]

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” (Brasil, 2003).

Desta forma, os caminhos a serem trilhados através da Educação, e aqui pensada a partir da polifonia de um instrumento didático, o livro/a literatura lobatiana, traz à luz tanto as resistências que surgem no combate aos inúmeros preconceitos e equívocos historicamente

construídos, como o mito da democracia racial, fomentando que a demanda sobre o “trato pedagógico seja vista com desconfianças pelos educadores e educadoras brasileiros” (Gomes, 2008, p. 70).

Como foi dito, se há uma lei que propõe prever e/ou coibir a propagação das injustiças e das desigualdades, excepcionalmente, as propagadas através da reprodução do racismo, a escola é responsável e o alicerce para a construção de uma identidade positiva dos afro-brasileiros, pois, a partir dela, todos devem lutar “por uma educação que tenha respeito a diversidade como parte de uma formação cidadã” (*ibid.*, p. 69).

Tal “folclorização racista”, que não é levada em conta, ou nem sempre é percebida pelos educadores, pode ser entendida, de acordo com Santana (2008), um fenômeno multideterminado, pois são diversas as suas causas:

- i. O mito da democracia racial;
- ii. A naturalização do privilégio descrito e presente na personagem Dona Benta;
- iii. O não discernimento entre diversidade e desigualdade;
- iv. O preconceito do próprio sujeito professor quando este se nega a discutir questões como as que foram levantadas neste trabalho;
- v. O fato do componente curricular História ter tido a sua carga horária reduzida (isso pensando, também, no Ensino Médio);
- vi. A não compreensão do que sejam políticas afirmativas;
- vii. A não contextualização da Lei nº 10.639/2003 como uma política afirmativa;
- viii. A não implementação desta lei nas próprias escolas;
- ix. A falta consciência de classe e de letramento racial com vistas ao negro e sua cultura;
- x. A naturalização estereotipada com ou sem intenção de fazê-lo das características culturais e de aparência nos espaços escolares.

Para tanto, se faz necessária tomar a obra de Monteiro Lobato, não como simples leitura, lúdica e com referências nacionais, sem que haja um prisma crítica sobre ela, mas, sim, ser tomada como um aparato metodológico para a formação de professor historicamente situados naquilo que tange à formação nacional, procurando desconstruir os estereótipos racistas que, indubitavelmente Lobato trouxe e reforçou em seus escritos.

Lobato, portanto, apresenta em sua obra a sua vida e os seus pensamentos. O seu legado serve para pensarmos a sociedade de ontem e a de hoje sobre o viés de uma análise histórico-crítica que vá de encontro à consubstancialidade de raça, gênero e classe social tão veiculadas

nas vivências de Tia Nastácia. Além da carga de opressão que a escravidão dos povos africanos deixou na sociedade, hoje, o racismo se transmutou e as suas ramificações se manifestam através de diferentes veículos, com diferentes formas e, sutil, o que o torna mais violento, pois há, a princípio a sua negação, depois a sua banalização e por fim o epistemicídio e o genocídio da população afro-brasileira.

As falas das personagens criadas por Lobato sobre Tia Nastácia, assumem a função de fomentar o eugenismo, presente na sociedade brasileira no início do século XX, assim como as ideias do autor sobre a etnia negra. Ele se utiliza dos personagens, principalmente Emília, para expor as suas ações, ao mesmo tempo em que incita o mito da democracia racial.

Com isso, as falas e enunciados da Obra apontam a consubstancialidade de raça, gênero e classe social e indicam o racismo, o patriarcado e o sexismo em **Reinações de Narizinho!** Lobato, como um eugenista assumido, via o seu pertencimento aos grupos de *status quo*. Portanto, vi a sua posição, inclusive, por ser neto do Visconde de Taubaté, como um aparato de superioridade, elitismo e classismo, ideologias sustentadas pelas pseudo ideias eugenistas.

Ler **Reinações de Narizinho**, assim como outras obras de Lobato refaz toda uma trajetória de Nastácias, que passaram pela infância sem senti-la, já que tinha que trabalhar para sobreviver; que nunca ouviu de outros o quanto era bonita, o quanto o seu trabalho era digno; sem qualquer palavra de validação das suas ações e valorização da sua identidade, estando, fim, na base da pirâmide de opressão.

Cabe, portanto, ao educador enfatizar o caráter racista e eugenista de Monteiro Lobato, incidindo a sua literatura em todas as formações de licenciatura, procurando desconstruir os equívocos e simplificações da sua obra, que leva à sua minimização de estereótipos, bem como referendar a grande contribuição que a população afro deu/dá ao Brasil, indo de encontro à sua marginalização.

Este caminhar de encontro à marginalidade nos traz a compreensão de que o trabalho de Tia Nastácia é um trabalho de reprodução social, aquela que alimenta, que cuida, que limpa, que faz todas as tarefas domésticas como um trabalho imprescindível à reprodução da vida. No passado e no presente, muitas mulheres executam(ram) esta função que é a própria reprodução da humanidade. Mas, devido às circunstâncias históricas, escravidão/escravização, tornou-se um trabalho descaracterizado, desqualificado, subalternizado, inferiorizado, não valorizado social e economicamente.

Nastácia, também, é responsável pela química do alimento e pela sabedoria ancestral, não só pelo que ela sabia fazer como alimento, mas, a cozinha, local onde na obra diz que ela

fica eclusa, é justamente onde ela estabelece a sabedoria ancestral e isso não pode ser banalizado ou esquecido, pois o processo histórico engendrado ao capitalismo veta o reconhecimento devido à população afro-brasileira e suas contribuições histórico-culturais, pois, concomitante ao pensamento de Gonzalez (2020), eu compreendo que as mulheres negras foram responsáveis pela africanização da cultura ao passo que ao cuidar e amamentar o filho do branco, elas passaram valores da cultura africana.

Graças às mulheres negras temos o pretuguês, um tipo de fala profundamente africanizada que aparece com constância na obra lobatiana quando a dita personagem dialoga, referendando, portanto, uma transgressão linguística a partir das cantigas e histórias que ela contava e que, sutilmente, é a negativa da língua portuguesa como caminho único, é ressignificação identitária, a busca do vínculo ancestral no exercício da memória (Gonzalez, 2020, p. 38).

À vista disso, como mulher, negra e educadora, reforço que este trabalho de desconstrução de estereótipos racistas, do classismo e da discriminação de gênero deve ser uma tarefa conjunta, permanente e deve estar envolta pela práxis. Excepcionalmente, nesta era do imediatismo na qual vivemos, em que as informações se perdem com facilidade, em que os problemas sociais são “esquecidos” com rapidez e, principalmente, em que os grupos do *status quo* se utilizam de todas as armas para manter a opressão e subalternidade, cada vez mais é preciso estar socio-historicamente situado.

Por fim, este estudo, que se teceu através de inúmeras críticas, leituras e fundamentações teórico-práticas deve servir de base para educadores, leitores ou qualquer cidadão que, ao ler a obra de Monteiro Lobato, compreenda que, a diversidade que existe no Brasil, não pode ser hierarquizada, vetada, ou sequer banalizada. O ato de educar precisa ser libertador, emancipatório e inclusivo, pois, para que haja, de fato, a equidade social, não podemos minimizar os resquícios históricos de desumanidade e nem os ignorar, pois estes estão na nossa frente, materializados nas formas de estratificação trabalhistas, nas periferias de pequenas e grandes cidades, nos processos de reconhecimento e valorização de si, enfim, na identidade nacional.

FONTE LITERÁRIA

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Brasiliense, 1931.

LOBATO, Monteiro, 1882-1948. **Reinações de Narizinho**. Ilustrações: Jean Gabriel Villin, J.U. Campos. 1ª ed. São Paulo: Globo, 2014¹⁷.

¹⁷ Obra que preserva a escrita original de 1931.

REFERÊNCIAS

- ABRAMCHUK, M. . O modernismo na literatura brasileira para além da Semana de Arte Moderna de 1922. **SEMINA (UPF)**, v. v. 18, p. <http://seer.upf-203>, 2019.
- ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2019.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BAIROS, Luiza. **Nossos feminismos revisitados.** Revista de Estudos Feministas, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- BASTIDE, Roger. Estereótipos de negros através da Literatura Brasileira. In: **Estudos afro-brasileiros.** São Paulo: Perspectiva, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da Poética de Dostoiévski.** 3. ed. Traduzido por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. Trad. do russo Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1951-53], p.261-306.
- BAKHTIN; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia de linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BIGNOTTO, Cilza. **Monteiro Lobato e o racismo em livros infantis de sua época.** 03/05/2021. Fonte: <https://lobato.com.br/2021/05/monteiro-lobato-e-o-racismo-em-livros-infantis-de-sua-epoca/> Acesso: 03 de dezembro de 2021.
- BOLDORINI, M. G.; MORAES, T. M. R. Monteiro Lobato: racista ou retratista de seu tempo?. **Diálogo das Letras**, v. 5, n. 1, p. 195-216, 10 jun. 2016.
- BRAH, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26, 329-376.
- BRASIL. **Lei 10.639 – 09 de janeiro de 2003.** Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- CARNEIRO, S.. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17(49), 117-133, 2003.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como Fundamento do Ser. 2005. **Tese (Doutorado).** FEUSP, São Paulo, 2005.
- CÂNDIDO, Antônio. O Direito à Literatura. In: _____. **Vários Escritos.** 5 ed.. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul/São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A Linguagem Escravizada:** Língua, história, poder e luta de classes. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia da Letras, 1987.
- CAVALHEIRO, E. **Monteiro Lobato:** vida e obra. 1a ed.. São Paulo: Brasiliense,. 1956.

COZINHA DONA BENTA. **Farinha de trigo tradicional Dona Benta**. s.d. Disponível em: <https://www.cozinhadonabenta.com.br/produtos/dona-benta/farinha-de-trigo-dona-benta-tipo-1-1kg-saco/>. Acesso em 30 mar. 2023.

CESTARI, Mariana J. Por uma tomada de posição feminista e antirracista na Análise de Discurso. In: ZOPPI FONTANA, Mónica; FERRARI, Ana Josefina. (Org.). **Mulheres em discurso**: identificação de gênero e práticas de resistência. Campinas: Pontes, 2017, p. 183-203.

CHOR MAIO, Marcos. **A História do Projeto Unesco**: estudos raciais e ciências sociais no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2014.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura infantil**: teoria, análise, didática. 7ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CONCEIÇÃO, E. B.. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: **Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, XXXIII. 2009.

COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do discurso. In: **Filosófico**, v. IX, n. 2, 1982, 239-264.

DAVIS, A.. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: Uma introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FALQUET, Jules. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionistas. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 36. Campinas: UNICAMP, 2013, p. 9-25.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Editora da Universidade Federal da Bahia, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FONTANA, Mónica; CESTARI, Mariana. “Cara de empregada doméstica”: discursos sobre os corpos de mulheres negras no Brasil. **RUA**, Campinas, SP, v. 20, 2015, p. 167–185.

FREYRE, G. (2003). **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal (48ª ed.). Recife: Global.

FRY, P. et al. (Orgs.). **Divisões perigosas**: políticas raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: GOMES, Nilma Lino. **Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, 2005. p. 39-62.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. (Orgs). **Indagações sobre o currículo: diversidade e currículo**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 17-47.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: CANDAU, V. M. e MOREIRA, A. F. (orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA; Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2011.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Ciências Sociais Hoje, Movimentos Sociais Urbanos, Minorias Étnicas e Outros Estudos**. ANPOCS. 1983.

GONZALEZ, Lélia. A Categoria político-cultural da amefricanidade. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 1-440.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Organização de: Flávia Rios e Márcia Lima.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982, 115 p.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31, n.1, p. 77-89, jan./abr. 2005.

HOOKS, bell. **“Não sou eu uma mulher?”** Mulheres negras e feminismo. 1ª edição, 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

LAJOLO, Marisa, **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida**. 2. ed. São Paulo: Salamandra, 2006;

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura infantil brasileira: história e histórias**. São Paulo: Ática, 1985.

LIMA, Heloísa Pires. Personagens Negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: Munanga, Kabengele (org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação. 2. ed. 2005. p.97-111.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. 10.^a edição de “Reinações de Narizinho” publicada na 2.^a Série das Obras Completas de Monteiro Lobato, Editora Brasiliense Ltda., 1960.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: as mulheres reagem ao racismo. 1980. In: LORDE, Audre. AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.

LÓPEZ, L.C. The concept of institutional racism: applications within the healthcare field. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnfnlkeffnjngkntfnfivlptipkf/https://www.scielo.br/j/icse/a/hxpmJ5PB3XsWkHZNwrHv4Dv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2023.

MACHADO, Igor José de Renó.; AMORIM, Henrique.; DE BARROS, Celso Rocha. **Sociologia Hoje**. Ática Didáticos; 1^a edição, 2017.

MAESTRINI, M. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MELO, L. A. N. de; MIRA, A. P. V. J. de. O pretuguês em sala de aula: racismo linguístico e as práticas pedagógicas da(o) docente de língua portuguesa. **Inter-Ação**, Goiânia, v.46, n.3, p. 1395-1412, set./dez. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i3.67796>>. Acesso em: 25 abr. 2023

MILLER, Joseph C. **O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos**. Afro-Ásia, nos 19-20, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer Cne/Ceb Nº: 15/2010**. Orientações para que a Secretaria de Educação do Distrito Federal se abstenha de utilizar material que não se coadune com as políticas públicas para uma educação antirracista. 2010.

MOREIRA, Adilson. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, Feminismos Plurais/Coordenação de Djamila Ribeiro, 2019.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1983.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói: EDUFF, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3 ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, O.. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, 19(1),287-308, 2007.

Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3 Curitiba: Editora Positivo, 2022.

ROSA, A. R. (2014). Relações raciais e estudos organizacionais no Brasil. **Revista de Administração Contemporânea**, 18(3), 240-260.

ROMERO, Silvio. **História da literatura brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, INL, 1980.

REIS, João José. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**. Dossiê Povo Negro — 300 anos. no 28, dez. 1995-fev. 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANSONE, L.. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, 18(2), 165-187. 1996.

SANTANA, Jair dos. A Lei n.º 10.639/03 e o Ensino de Artes nas Séries Iniciais: Políticas Afirmativas e Folclorização Racista. **Tese de Doutorado**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

SCHUCMAN, L. V.. **Entre o Encardido, o Branco e o Branquíssimo**: Branquitude, Hierarquia e Poder na Cidade de São Paulo. São Paulo: Annablume. 2014.

SCHWARCZ, L. M.. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras. 1993.

SCHWARTZ, Stuart. **Repensando Palmares**, Companhia das Letras, 2000.

SEYFERTH, G. **Construindo a nação**: hierarquias raciais e o papel do racismo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996.

SILVA, Thiago Dantas da; SANTOS, Maíra Rodrigues dos. A abolição e a manutenção das injustiças: a luta dos negros na primeira república brasileira. **Cadernos Imbondeiro**, João Pessoa, v.2, n.1, 2012.

SOUZA, Nelly Narcizo de. Concepções de Educadoras de Creche sobre o Desenvolvimento da Criança na Faixa Etária de Zero a Três anos. 2008. 103f. **Dissertação (Mestrado em Educação)** – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

STEPAN, Nancy. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2005.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas canibais**: elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

WIEVIORKA, Michel. **Racismo**: Uma Introdução - 1ªED. Editora: Perspectiva. Coleção: DEBATES - Vol. 308, 2007.

ZILBERMAM, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 1981.

ZIRALDO. **O Menino Marrom**. São Paulo: Melhoramentos, 1986.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Objetos paradoxais e ideologia. In: **Estudos da Língua(gem)**, UESB, Vitória da Conquista, v. 1, 2005, p. 41-59.